

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA – ICSEZ  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO**

**MULHERES NO PODER: REPRESENTATIVIDADES DISCURSIVAS NOS  
JORNAIS FOLHA E ESTADO DE SÃO PAULO**

Parintins – AM  
2017

**TAYANA NAZARIO FERNANDES**

**MULHERES NO PODER: REPRESENTATIVIDADES DISCURSIVAS NOS  
JORNAIS FOLHA E ESTADO DE SÃO PAULO**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como parte das exigências do Curso de Comunicação Social/Jornalismo para obtenção do título de Bacharel em Comunicação.

Orientadora: Prof<sup>o</sup> Dr. Hellen Cristina Picanço Simas

Parintins – AM  
2017

# MULHERES NO PODER: REPRESENTATIVIDADES DISCURSIVAS NOS JORNAIS FOLHA E ESTADO DE SÃO PAULO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como parte das exigências do Curso de Comunicação Social/Jornalismo para obtenção do título de Bacharel em Comunicação.

Orientadora: Prof<sup>o</sup> Dr. Hellen Cristina Picanço Simas

Banca Examinadora:

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Hellen Cristina Picanço Simas  
(Presidenta)

---

Prof. Dr. Allan Rodrigues  
(Membro)

---

Prof. MSc. Franklin Roosevelt Martins de Castro  
(Membro)

Dedico esta conquista aos meus amados pais, Fran e Raimundo, que me apoiaram incondicionalmente desde o primeiro momento e que fizeram de tudo para que eu pudesse me manter firme durante esta caminhada. Sem eles, esta vitória não seria possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Deus, não seria possível chegar até aqui sem suas bênçãos. Deixar casa, família e amigos para trás e vir atrás do meu sonho não foi fácil, nada na vida é, mas você deixou tudo mais suportável.

Fran Nazário, nada do que eu diga aqui será suficiente para demonstrar o quanto eu sou grata por ser sua filha. Graças a você eu tenho a oportunidade de conhecer o significado de bondade, empatia e amor. Obrigada por ser a pessoa que me apoia, me suporta e me por me dar forças para mudar de cidade e cursar o que eu queria. Nada disso seria possível sem você, tanto financeiramente, quanto emocionalmente. Obrigada! Serei eternamente agradecida a tudo fez, faz e irá fazer por mim e pelo meu irmão.

Raimundo Fernandes, meu eterno agradecimento por você ser um pai que apoia seus filhos no possível e impossível. Quando eu lhe contei que tinha passado em uma universidade de outro Estado, você não hesitou em me deixar vir, apesar de se preocupar em como eu ia me virar aqui sozinha. Obrigada por sua confiança e por me ajudar tanto, sem você eu não estaria onde estou hoje. Sou muito grata por você me proporcionar tantas coisas boas.

Ao meu irmão Taylde, que com seu jeito quieto, sempre me deu forças para eu fazer o que quero. Agradeço também a todos os meus familiares, sou muito grata a essa família que Deus me deu, às vezes me pergunto o que seria de mim sem a compreensão e amor deles. Essa conquista é nossa.

Não é fácil mudar de cidade, principalmente quando na nova cidade você não conhece ninguém, e é, por isso que agradeço muito a dona Juracema Carvalho que me acolheu em sua casa, desde a minha primeira visita à cidade, quando vim fazer a matrícula na UFAM. Ela e suas filhas, Hannah e Mariana, me receberam a modo grego e me fizeram sentir parte da família.

Glaucia Santos, Rayra Rodrigues, Talita Mayara, Bianca, Beatriz, Jordânia, Bruna Santos e tantos outros amigos de São Paulo, obrigada por mesmo de longe me mandarem a melhor das vibrações.

Não poderia deixar de agradecer aos irmãos que Parintins me deu. Sueane e Wesley meu mais sincero obrigado. Vocês foram amigos quando eu mais precisei e estiveram comigo desde o começo. Obrigada por tudo, vocês dois estão no meu coração.

Serei para sempre grata com meus eternos companheiros de caminhada e trabalhos na UFAM. Ludyanne Ferreira, Yandreí Farias, Helon Coelho e Mirna Monte Verde obrigada por cada trabalho juntos e por toparem fazer tantas loucuras, como ir tomar Ayahuasca, mas que nos renderam boas histórias (e notas). Aprendi muito com vocês e gostaria de externar o quanto adoro e admiro vocês, principalmente por me aguentarem.

Ah, Mirna, você não foi só companheira de trabalho, você é a pessoa que está comigo desde a segunda semana de aula, você é uma amigona/parceira. É a pessoa que sempre ouve meus dramas, choros, divide felicidades e mesmo que as vezes não me entenda, sempre está ao meu lado. Obrigada por não me deixar pirar e por ser tão feminista quanto eu.

Sou muito grata à Universidade Federal do Amazonas, campus Parintins, por me proporcionar tantos aprendizados e por me permitir aprender a ser uma Jornalista. Agradeço a todo o corpo docente do colegiado de Comunicação Social por dividir seus conhecimentos comigo e por me fazer enxergar o mundo com um olhar mais crítico e duvidoso. Obrigada também por me fazerem acreditar que a comunicação pode sim mudar as pessoas.

Meus mais sinceros agradecimentos e reconhecimento a minha orientadora, Hellen Picanço, que em março de 2015 me apresentou a Iniciação Científica. Desde lá já são três projetos, dois PACEs, uma publicação e muito aprendizado. Obrigada por me ensinar a produzir ciência e por dividir um pouco do seu conhecimento comigo. Lembro de que no primeiro dia de aula da matéria Comunicação e Discurso eu soube que iria fazer meu TCC com você. Obrigada!

Não poderia deixar de falar de algumas boas pessoas como Kamily, Rozenilce, Josimar, Denner, Débora, Kill Lira, Bruna Karlla, Luiz Eduardo, Adriana, Augusto, Fabrício, Thierry, Dona Helena e Seu Walcy. Agradeço também a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que minha estadia nesta cidade maravilhosa ser mais do que agradável. Não dá para citar o nome de todos, mas saibam que vocês foram essenciais nessa feliz caminhada.

“O jornalismo é, antes de tudo e sobretudo, a prática diária da inteligência e o exercício cotidiano do caráter. ”

(Claudio Abramo)

## RESUMO

Este trabalho estuda a representação discursiva sobre as mulheres dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em notícias dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. Para isso, utiliza-se como embasamento teórico a Análise de Discurso de linha francesa e os estudos de Pierre Bourdieu sobre violência simbólica. 10 notícias, 5 do jornal 1 e 5 do jornal 2 foram selecionadas para compor o *corpus* de estudo. A investigação encontrou discursos que agem com violência simbólica contra as mulheres dos três poderes, o que levanta uma discussão sobre o papel da mulher na sociedade e o respeito que ela merece receber. Leva-se em conta que as notícias exercem uma grande influência no inconsciente coletivo, por serem retratadas dentro de dois grandes veículos de comunicação do país. Acredita-se que essas questões abordadas aqui contribuem com as discussões sobre violência de gênero, trazendo para o debate acadêmico os questionamentos sobre a valorização da mulher e o papel que vem sendo desenvolvido por elas. Considerando que os jornais por serem formadores de opinião, têm o dever de tratar as mulheres com respeito, ajudando, assim, a promover a igualdade entre os sexos.

**Palavras-chave:** Mulheres; Poder; Análise de Discurso; Violência simbólica.

## **ABSTRACT**

This work studies the discursive representation of the women in the Power in news from the newspapers Folha de São Paulo and O Estado de São Paulo. For this, the theoretical basis is the French Discourse Analysis and Pierre Bourdieu's studies about the symbolic violence. The study corpus was composed by 10 news items, 5 from the first newspaper and 5 from the second one. The research found speeches that act with symbolic violence against the women of the Executive Power, which raises a discussion about the role of women in society, and the respect they deserves to receive. It is taken into account that the news exerts a great influence in the collective unconscious, for being portrayed inside two great vehicles of communication of the country. It is believed that these issues addressed here contribute to the discussions about gender violence, bringing to the academic debate the questions about the value of women and the role that is being developed by them, once that newspapers as opinion makers have a duty to treat women with respect, thereby helping to promote the gender equality.

**Keywords:** Women; Power; Speech analysis; Symbolic violence.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Dilma promete oposição “enérgica e incansável” contra gestão “golpista” .....	29
Imagem 2: Temer nomeia mulher para o cargo na AGU.....	32
Imagem 3: Sob Carmem Lúcia, Supremo deve mudar rumos de pautas e medidas	35
Imagem 4: Bancada feminina terá domínio evangélico .....	38
Imagem 5: Única eleita no segundo turno, critica cota feminina .....	40
Imagem 6: : ‘Grupo corrupto’ assume, afirma Dilma .....	43
Imagem 7: A baderna como legado .....	45
Imagem 8: Marta compara adversários na campanha a Pitta e Dilma .....	47
Imagem 9: A decadência que Dilma legou .....	49
Imagem 10: Com Carmem na presidência, STF em novo ritmo.....	51

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	12
2. HISTÓRICO DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	14
3. A MÍDIA COMO FORMADORA DE OPINIÃO .....	16
3.1. Os jornais em Estudo .....	17
4. ANÁLISE DE DISCURSO: DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS .....	18
5. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: FEMINISMO E MACHISMO.....	21
5.1 Leis brasileiras para coibir crimes contra a mulher .....	24
6. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	26
7. DISCURSO JORNALÍSTICO E IDEOLOGIA.....	29
7.1 Folha de São Paulo .....	29
7.2 Estado de São Paulo.....	43
8. CONSIDERAÇÕES .....	52
REFERÊNCIAS.....	59

## 1. INTRODUÇÃO

As mulheres vêm batalhando ao longo dos anos para terem os mesmos direitos que os homens, para que a sociedade as reconheça com igual capacidade de desenvolver qualquer atividade. Desde o início da história, a mulher é colocada, registrada e abordada como inferior; entretanto, vale ressaltar que há algum tempo vem ocorrendo uma significativa e importante mudança. Hoje as mulheres podem realizar o trabalho que quiserem, ainda que seja rotina lidar com situações constrangedoras e ser minoria em muitos ambientes de trabalho entendidos e reforçados como integralmente masculinos, mas ainda assim vista com um certo preconceito.

Esta pesquisa tem por objetivo geral “refletir sobre os discursos presentes nas notícias dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo” e como objetivos específicos: Verificar as ideologias presentes nas notícias dos dois jornais selecionados; investigar se nas notícias há violência simbólica contra a mulher; perscrutar se nas notícias há violência psicológica contra as mulheres; discutir de forma ampla os impactos no público dos jornais em estudo e no inconsciente coletivo da sociedade brasileira. Para isso, usará como fundamentação teórica a Análise de Discurso, doravante AD, cujos teóricos são Pêcheux e Orlandi entre outros. Também utilizaremos a perspectiva da violência simbólica conceituada pelo teórico Pierre Bourdieu em seu livro “A dominação masculina” (2012).

As mulheres assumem cada vez mais postos de lideranças no mercado de trabalho e, mesmo assim, seus salários não são iguais aos de homens que exercem a mesma função que elas. Os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as brasileiras ganham, em média, 76% da renda dos homens. Um estudo do Fórum Econômico Mundial alerta que essa igualdade tão desejada vai demorar a chegar: só em 2095. Segundo o IBGE, a diferença no salário entre homens e mulheres voltou a aumentar entre 2012 e 2013, chegando a 25,8%. De 2011 a 2012, ela tinha caído, de 25,7% para 25,3%. Elas recebem menos até mesmo quando ocupam cargos de chefia e liderança.

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política

etc, maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens (BEAUVOIR, 1970.p.14/15).

A figura da dona de casa e mãe, que ainda são abordadas por partes da sociedade com inferioridade e limitação sofrem constantes violências como estupros, violência doméstica e agressões. Segundo a Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2015, foram recebidas 63.090 mil denúncias de violências contra mulheres e, desse total, 19.182 mil foram de violência psicológica e 4.627 mil de violência moral.

Para obter respostas sobre o tema em discussão, a linha editorial dos jornais é analisada na tentativa de responder aos seguintes questionamentos: quais formações ideológicas fazem-se presentes nos discursos dos jornais em estudo? Permeia violência simbólica nas matérias dos jornais em estudo? Essas questões problemáticas, portanto, orientam a pesquisa para se conhecer a construção do sujeito discursivo mulher política dentro desses jornais. Esta pesquisa conta com três pontos fundamentais, o primeiro é a relevância de se estudar mais sobre os discursos machista e feminista veiculados nos meios de comunicação, bem como estudar as mulheres na política, como elas são entendidas por essa sociedade como homogênea, em que se perpetua a violência tanto simbólica quanto psicológica contra elas e, por fim, juntar essas duas correntes e analisar como elas influenciam o discurso nos jornais de grande circulação no país.

O que não se pode contestar é que a mulher sofre até hoje violência, seja a reprimindo, ofendendo fisicamente e/ou psicologicamente e moralmente. E é por se preocupar com a violência, sofrida constantemente por mulheres, que este projeto se dispôs a analisar notícias de jornais para verificar se eles reforçam em seus discursos algum tipo de violência contra as mulheres que exercem cargos no executivo, bem como se sustentam sua imagem estereotipada como seres inferiores. Louzada (2008, p. 80) ressalta essa dualidade vivida pelas mulheres:

Criou-se entre nós a tradição discursiva da subalternidade da mulher, do seu papel de coadjuvante na história do mundo ocidental, de um “segundo sexo”. A história, no entanto, está plena de exemplos de mulheres que foram ao longo dos tempos rompendo esse estigma,

fundando um outro discurso sobre seu papel num mundo em que o poder sempre fora conferido ao homem (LOUZADA, 2008, p. 80).

São muitos os exemplos de mulheres que apesar de todas as barreiras imposta ao sexo feminino se destacaram. Ellen Gracie: a primeira mulher a integrar uma das onze cadeiras do Supremo Tribunal Federal (STF); Carmem da Silva: encorajou as mulheres a trabalhar fora de casa desde 1963; Alzira Soriano: foi eleita prefeita de Lages (RN) em 1929, quando as mulheres não podiam votar; Maria da Penha: denunciou as agressões físicas sofridas pelo marido, e deu nome a lei que protege as mulheres da violência doméstica sancionada no Brasil inspirada em sua história; Dilma Rousseff: a primeira mulher eleita presidenta do Brasil.

São constantes as discussões sobre as mulheres que exercem cargos Executivos no Brasil e o grande destaque que elas estão ganhando no cenário político brasileiro, apesar de serem apenas 5% do total de cargos no Poder Executivo. Estas mulheres que formam os 5% não são diferentes das demais que são agredidas fisicamente, moralmente e psicologicamente por serem mulheres. Esta pesquisa é de extrema relevância na sociedade devido às mulheres do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário estarem em muita evidência após a eleição da primeira presidenta mulher do país, Dilma Rousseff, e por ser um assunto atual. Nunca antes, uma mulher havia comandado o país.

## **2. HISTÓRICO DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA**

Para que Dilma Rousseff pudesse ser eleita a primeira mulher presidenta do Brasil, muitas tiveram que lutar para que ao menos pudessem votar. Somente no século passado, XX, que o direito de escolher seus representantes foi garantido às mulheres. O decreto de 24 de fevereiro de 1932, 21.076 do Código Eleitoral Provisório, estabelecido após intensa campanha nacional. O artigo de número 2 da lei colocava um fim na distinção de sexo na hora do voto. Nessa época, o voto feminino não era obrigatório, só o masculino, e apenas em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres com restrições e requisitos, como ter renda própria.

Segundo os registros eleitorais brasileiros, a primeira mulher a conseguir votar no Brasil foi a professora Celina Guimarães Viana. No Rio Grande do Norte, em 1927, já existia uma lei estadual que garantia as mulheres votar e serem votadas

e, assim, mulheres de lá foram as pioneiras no Brasil. No Rio Grande do Norte, também foi eleita a primeira prefeita: Alzira Soriano, na cidade de Lages em 1929.

Algumas mulheres são destaque no cenário político brasileiro, por conseguirem serem as primeiras mulheres a ocuparem cargos de destaque. Em 1933, Carlota Pereira de Queirós tornou-se a primeira Deputada Federal brasileira. Em 1934, a professora Antonieta de Barros, filha de uma escrava liberta, foi eleita para a Assembleia de Santa Catarina. Ela foi a primeira parlamentar negra da História do Brasil. Em 1979, Euníce Michiles tornou-se a primeira senadora do Brasil. Entre 24 de agosto de 1982 e 15 de março de 1985, o Brasil teve a primeira mulher ministra. Foi Esther de Figueiredo Ferraz, ocupando a pasta Educação e Cultura. Em 1985, ocorre a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 1989, ocorre a primeira candidatura de uma mulher para a presidência da República. A candidata era Maria Pio de Abreu, do PN (Partido Nacional). Em 1995, Roseana Sarney tornou-se a primeira governadora brasileira. Em 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff (PT - Partido dos Trabalhadores) venceu as eleições presidenciais no segundo turno, tornando-se a primeira mulher presidenta da República do Brasil.

Em 2014, Dilma é reeleita para mais quatro anos de mandato como Presidenta da República, mas no dia 02 de dezembro de 2015 o então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceita um dos pedidos de impeachment contra ela. Começa, então, uma série de votações que tiraria o mandato Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016. Com isso, ela se tornou a primeira mulher a ser eleita presidenta e primeira mulher a ter seu mandato de presidenta cassada no Brasil.

Na Câmara dos Deputados, mulheres ocupam apenas 55 das 514 cadeiras, o que corresponde a 10,7% do total de deputados; no Senado, 12, das 81 cadeiras, o equivalente a 14, 8% do total de senadores. Esses números mostram que ainda há muito a ser feito para que a participação da mulher na esfera pública cresça e ganhe representatividade. No Poder Executivo, houve menos nomeações femininas para cargos de chefia em ministérios desde o governo em 2011, em que só 6 mulheres foram indicadas, o que corresponde a 15%, onze nomeações (28%) e onze indicações para cargos em gerais (28%), respectivamente, para um total de 39 cargos, o que representa um corte de quase 50%.

### 3. A MÍDIA COMO FORMADORA DE OPINIÃO

Os meios de comunicação são os grandes influenciadores do modo de vida, beleza, cultura, certo e errado. Eles influenciam o comportamento do século XXI. As pessoas consomem as informações como verdades absolutas. O poder está com quem contém as informações. Por isso é de suma importância analisar os discursos emitidos pela mídia quando se trata de mulheres. Segundo Carla Braga Cerqueira (2008) da Universidade do Minho, Portugal:

Diversos investigadores sustentam que os média são a instituição central da actual configuração do sistema social, portanto a forma como eles constroem e descrevem ideologias é marcante na definição do sexo feminino. A cobertura noticiosa não reproduz a realidade em todas as suas manifestações, pois as notícias são construídas segundo práticas de selecção e tratamento. No que se refere à representação feminina, os média continuam a secundarizar as vozes, o que se traduz num discurso selectivo e, muitas vezes, negativo, que legitima a dominação masculina. A esfera pública mantém-se associada aos homens, enquanto as mulheres permanecem no domínio privado. Além disso, elas são as protagonistas das notícias de interesse humano, estético, emocional e violência. Fala-se cada vez mais de uma feminização da profissão jornalística, criam-se políticas para promover a igualdade, mas os estereótipos e a discriminação parecem ainda existir no discurso (CERQUEIRA, 2008, p. 01).

Quando a Presidenta Dilma foi eleita, começaram a circular 'memes' (imagens, frase ou vídeo que se espalha na internet como um vírus) na internet ridicularizando o seu corpo, que não é magro e esbelto como o padrão, ou mesmo a sua roupa. Padrão esse que a sociedade impõe, vende e estabelece como único.

Esses tipos de julgamentos são corriqueiros na vida de mulheres que têm alguma posição de destaque na sociedade e das mulheres que não estão na mídia também. Esta é uma herança que passou de geração a geração, desde as mulheres gregas, passando pela temporada de 'caça às bruxas' no renascimento e se encontra até hoje, mais de um século depois.

Nesse século, as discussões sobre os direitos das mulheres estão constantemente sendo abordadas nas rodas sociais, sejam por pessoas que não acredita que elas tenham os mesmos direitos que os homens, ou por pessoas que lutam pelo reconhecimento da igualdade de sexo.

Depois que Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidenta do Brasil, esse assunto ganhou mais destaque na mídia. Muito se fala depois das eleições de 2010 sobre as mulheres do Poder Executivo. Os temas machismo e feminismo nunca haviam sido tão debatidos na sociedade, principalmente a partir do uso palavra presidenta.

A Mídia é um dos dispositivos de poder, por isso é capaz de influenciar a sociedade, mesmo que defenda a neutralidade do jornalismo, é difícil um veículo de comunicação ser neutro no Brasil. Os investidores são os grandes responsáveis pela imparcialidade da mídia, uma vez que geralmente, os donos não irão falar mal de quem investe no jornal, pois depende do dinheiro destes investidores. E a partir do momento que fica comprovado a imparcialidade das mídias, conclui-se que as informações não chegam puras aos telespectadores.

### **3.1. Os jornais em Estudo**

O primeiro jornal escolhido é o Folha de São Paulo e foi escolhido por ser o jornal mais vendido do Brasil. Foi fundado em 1921 pelos Jornalistas Olival Costa e Pedro Cunha, que antes trabalhavam para o Estado de São Paulo, como Folha da Noite. Com o sucesso, cria-se a Folha da Manhã, depois a Folha da Tarde. Só em 1960, os três jornais se fundem e forma a Folha de São Paulo.

Desde então, o jornal se firmou no mercado e foi pioneiro em algumas tecnologias que fazem o processo de produção ser mais rápido, como a primeira Redação informatizada na América do Sul, em 1983. Em 1992, o empresário Octavio Frias de Oliveira passa a deter o controle total das ações da companhia. Hoje o jornal possui a versão on-line e a impressa e segundo pesquisas, é o jornal com maior número de tiragens e circulação no país.

Segundo o IVC, Instituto verificador de circulação a média de Segunda a Domingo é de 320.741 exemplares. Informações como essas são encontradas no site do jornal.

O segundo jornal surgiu em 1875 com o nome de A Província de São Paulo e foi escolhido por ser o jornal mais antigo em circulação no país e por ter atingido a marca de 1 milhão de visitantes mensais em seu site. Um grupo de 16 pessoas, liderado por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense fundaram o jornal para combater a monarquia e a escravidão. O jornal inicialmente tinha uma

tiragem de 2.000 exemplares. Em 1990, o jornal passa a se chamar O Estado de São Paulo, como ainda hoje.

Em 1902, Júlio Mesquita passa a ser o único proprietário do jornal. Em 1930, chegou a 30 mil exemplares. Com a morte de Júlio Mesquita, o jornal passa para o seu filho e depois para o seu neto, superando a censura da época da ditadura militar, o jornal comemora 100 anos e, em 2003, o portal “Estadao.com.br” superou a marca de um milhão de visitantes mensais, após a junção dos sites da Agência Estado, O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde. Hoje o jornal possui uma média de circulação em 165.740 de segunda a domingo.

Os dois jornais são reconhecidos mundialmente e possuem uma grande média de público, ou seja, atingem e formam a opinião de muitos cidadãos. Apesar de não serem encontradas nenhuma ação judicial contra os dois jornais por algum tipo de violência contra mulheres, é importante se aprofundar nas notícias sobre elas para conhecer a linha ideológica deles.

#### **4. ANÁLISE DE DISCURSO: DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS**

A Análise de Discurso teve início no século XX, nos anos 60 e seu interesse é o da língua funcionando para a produção de sentidos, o que lhe permite estudar o texto em si e não só uma frase. Segundo Orlandi (2002, p. 19),

A linguística constitui-se pela afirmação da não-transparência da linguagem: ela tem seu objeto próprio, a língua, e esta tem sua ordem própria. Esta afirmação é fundamental para a Análise de Discurso, que procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, isto é, não se passa diretamente de um a outro. Cada um tem sua especificidade. Por outro lado, a Análise do Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real na história de tal forma que o homem faz a história, mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que se vai chamar a forma material (não abstrata com a da linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica (ORLANDI, 2002, p. 19).

Visto que a linguagem não é transparente, e os dizeres estão sempre carregados de ideologias, esses discursos podem conter uma ideologia que propaga a ideia de inferioridade das mulheres.

O discurso são as palavras fazendo sentido. Segundo Orlandi (2002, p. 15) é através dele que pode se observar o homem falando. O discurso não são as palavras em si, mas o modo como ela significa. Com isso pode-se perceber a ideologia contida no texto. Orlandi (2002) aponta que a noção de discurso se distancia do esquema de comunicação, onde ele é uma mensagem linear e que na verdade o discurso é o “efeito de sentido entre locutores” (p, 21). Orlandi também coloca que discurso e fala não são as mesmas coisas:

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo a língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma sua ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico e a-sistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível aprender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto. (ORLANDI, 2002, p. 22)

Exemplo disso foi a matéria veiculada na revista “Veja” em abril de 2016, a reportagem “Marcela Temer: Bela, recatada “e do lar” causou uma enorme repercussão no país por sugerir que uma mulher tem que ser bela, recatada e apenas do lar. A internet não deixou passar, a revista sofreu uma série de críticas de mulheres e homens que acharam a reportagem muito machista. Vários “memes” foram feitos, e os internautas afirmaram que existem muitos tipos de mulheres além da recatada e do lar, e nenhuma delas merece sofrer violência ao optarem por outros caminhos. O mais famoso dos textos é o “Bela, respeitada e do bar”, contra o discurso ao texto apresentado pela revista.

Com a Análise de Discurso, pretende-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto algo histórico e social que constitui o sujeito. Com esse estudo pode-se conhecer a capacidade de o homem “significar e se significar-se” enquanto sujeito ideológico. Orlandi (2002) diz que a Análise de Discurso não se trata da língua e nem da gramática, e sim do discurso, que significa curso, percurso, ou seja, palavra em movimento. O discurso, então, significa a prática de linguagem, na qual se poderá observar o homem falando.

Os discursos são constituídos na formação ideológica, entendendo a mesma como um elemento capaz de intervir no que pode ou não ser dito. Considerando a ideologia como um conjunto de ideias e representações que contribuem para a reprodução e manutenção da sociedade, ela funciona na reprodução das relações e no modo como o sujeito, ou um determinado grupo social pensa.

Já a formação discursiva é a materialização dessa ideologia. Formação ideológica, então seria o que os grupos sociais pensam, que no contexto da pesquisa seria as formações ideológicas dos dois jornais analisados, enquanto a formação discursiva é a materialização dessas ideologias através dos discursos materializados nas notícias dos jornais enquanto sujeitos.

A evidência do sujeito – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia. (ORLANDI, 2007, p. 46)

A ideologia funciona na reprodução das relações, pela interpretação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico. Para Helena Brandão (2004), o sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro, então o sujeito falante mesmo que inconsciente será atravessado pela ideologia. Todo sujeito é sempre 'já-sujeito', devido ao fato que ele foi interpelado pela relação sócio-histórica com o mundo. Nenhum sujeito ou ideologia são puros, visto que os dizeres não são puros, mesmo quando as falas de outros são tomadas para si, pois já foram ditos por outras pessoas, em outras épocas. O que os tornam assujeitados ao processo social, cultural e histórico.

O sujeito interpreta o mundo a partir de suas ideologias, e os discursos que serão construídos já foram ditos por outros. Orlandi (2002, p. 47) afirma que "não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Pela língua, pelo processo que acabamos de descrever". Levando em conta os dizeres de Eni Orlandi (2002), os jornais aqui analisados estão sujeitos a reproduzir ideologias e discursos machistas e violentos que agridem de alguma maneira as mulheres, uma vez que fazem parte do processo histórico-social e, com isso, seus dizeres não são puros.

O sujeito constrói seu discurso a partir de discursos já existentes. Ele é um ser influenciado pela história e, para Orlandi, a Análise de Discurso não trabalha

com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua do mundo e para isso considera-se a produção de sentidos, levando em conta as pessoas enquanto sujeitos e enquanto pertencentes a um determinado grupo social. Ou seja, é levando em conta como, quando, o quê e onde se reproduz um determinado dizer.

O interdiscurso, categoria da AD, leva em consideração a memória do sujeito quanto ao discurso. O Interdiscurso, segundo Orlandi (2002, p. 31) é aquilo que “fala antes, em outro lugar, independentemente”. Ou seja, é o saber discursivo que torna possível todos os dizeres, considerando o já-dito, sustentando cada palavra. Tudo que já foi dito sobre as mulheres, em outros lugares e em outros momentos terão um significado aqui. Levando em consideração a memória discursiva, que é o que forma o interdiscurso, tudo que já foi dito pode ser retomado na formação discursiva do sujeito. A memória discursiva é o modo como o que já foi dito irá influenciar no discurso.

Será por meio da interpretação mecanismo utilizado pela AD e pela compreensão do sujeito que este trabalho será realizado. Considerando-se que a interpretação visa compreender o real significado de um objeto simbólico, enquanto a ideia de sujeito leva em conta as exterioridades e os processos que possam intervir na formação ideológica dos jornais. Orlandi (2002, p. 26) ressalta que “a interpretação é o sentido pensando-se o co-texto e contexto imediato”.

## **5. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: FEMINISMO E MACHISMO**

O termo violência simbólica foi criado pelo teórico Pierre Bourdieu, para falar como a classe dominante, neste caso a masculina, impõe sua cultura à classe dita inferior, feminina. “O fundamento da violência simbólica reside nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que a reproduzem” (BOURDIEU, 2012, p. 54). O que fundamenta a violência de gêneros são as relações socioculturais que colocam o homem como um ser superior, mesmo depois que isso já tenha sido comprovado como inválido. Ele ressalta que “a violência simbólica” não minimiza os outros tipos de violência praticadas contra as mulheres.

Na sociedade brasileira ainda existe uma grande desigualdade entre os sexos. As mulheres que exercem cargos no Poder Executivo e estão inseridas no

grande escalão não são diferentes das outras, mesmo elas estando entre os ditos poderosos. A mulher ainda carrega uma culpa de “Eva” (a pecadora).

Segundo Bourdieu (2012, p.54.55):

A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu "poder hipnótico" a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem. Mas uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências depende, profundamente, para sua perpetuação ou para sua transformação, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima (BOURDIEU, 2012, p. 54-55).

É seguindo essa lógica comercial que as mídias sociais se tornam o principal dispositivo na reprodução do discurso de dominação masculina, discurso esse que sustenta diversas formas de violência contra o sexo feminino.

Violência, em seu significado mais amplo, quer dizer uso de força física para obrigar alguma pessoa a fazer algo que ela não queira. Mas existem muitas outras maneiras de oprimir e ofender uma pessoa. A violência simbólica e psicológica não é menos agressiva do que a física, esses dois tipos de violência acabam, às vezes, ferindo muito mais as pessoas. Bourdieu (2012), explica que este tipo de violência se estabelece quando a maioria impõe seu modo de vida as minorias. Para Teles e Melo (2002, p. 27-28):

A violência de gênero tem sua origem na discriminação histórica contra as mulheres, ou seja, num longo processo de construção e consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas que visam a submissão da população feminina, que tem ocorrido durante o desenvolvimento da sociedade humana. A discriminação não deixa de ser um aspecto fundamental da violência. Significa o processo que sustenta e justifica os atos violentos. Ela foi se desenvolvendo com os avanços e recuos de maneira a se tornar algo como que pertencente e vinculado intrinsecamente a natureza humana (TELES E MELO, 2002, p. 27-28).

A mulher não é o sexo frágil, não nasceu somente para ser reprodutora e dona de casa. Ela é capaz de desenvolver qualquer atividade que se tenha interesse ou vocação. Esse mito e limitação que se perpetua na história,

considerando os apontamentos de Orlandi (2007), é construído pelo processo histórico e social.

Em seu significado mais amplo, machismo é um comportamento que não admite a igualdade de direitos entre os gêneros. Contrário a essa maré machista, o feminismo está ganhando cada vez mais espaço nas discussões sociais, políticas e familiares. O número de movimentos feministas no Brasil está crescendo cada dia mais, e esses movimentos lutam para que o machismo esteja cada dia menos presente na vida das mulheres brasileiras. Alguns movimentos feministas se destacam cada vez mais em São Paulo, como a Marcha das vadias: um movimento feminista, que surgiu em 2011 no Canadá, após um policial afirmar que mulheres não deveriam se vestir como “vadias” e assim evitariam agressões sexuais. O movimento que pede o fim da culpabilização da vítima, o fim de agressões contra mulheres, estas informações são encontradas no site do movimento.

Não se pode falar de feminismo sem citar a filósofa Simone de Beauvoir, ela foi umas das maiores escritoras sobre o tema. No livro *O segundo sexo* (1970), ela descreve os preconceitos e violências sofridos pelas mulheres.

A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental etc. Quando muito, consentia-se em conceder ao outro sexo ‘a igualdade dentro da diferença’ (BEAUVOIR, 1970. p.17).

São diversas as maneiras que as pessoas tentam impor a dominação da classe masculina sobre a feminina, como Beauvoir (1970) coloca, mas os movimentos feministas têm alcançados grandes vitórias sobre elas. A conquista do voto não foi a única. Segundo Alves e Pitanguy (2003, p. 09):

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades ‘femininas’ ou ‘masculinas’ sejam atributos, do ser humano em sua global idade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciados, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar etc (ALVES E PITANGUY, 2003, p. 09).

Machismo é uma ideologia, no qual se tenta justificar a dominação e exploração das mulheres. O machismo não é cometido somente por homens, muitas mulheres reproduzem o discurso que oprime outras. Muitas acreditam que o homem deve ser considerado um ser superior e que a violência contra mulheres é culpa delas mesmo. Não é muito raro ouvir uma mulher falando que ‘lugar de mulher é na cozinha’, até mesmo reproduzindo os dizeres que ridicularizam as roupas e comportamentos das outras, ou falando que ‘nada teria acontecido se ela não tivesse saído com aquela roupa’.

O machismo não passa longe do cenário político, muito anos se passaram e muitas mulheres morreram para que outras tivessem o direito de voto no Brasil. O discurso passado pela mídia ainda é preconceituoso e mesmo que nas entrelinhas, às vezes, são discursos que rebaixam as mulheres. Esse machismo não é individual, ele é construído desde quando se nasce e diz que meninas devem brincar com bonecas e meninos com carrinho. Essa ‘lei’ se perpetua na coletividade, fazendo com que se torne uma regra, um modo de vida.

A violência simbólica apontada por Bourdieu (2012) não se diferencia muito da violência psicológica colocada na Lei Maria da Penha. Ambas são subjetivas e mexe com o psicológico das pessoas. Apesar de colocar violência simbólica, o inconsciente manipula, nos dois casos, para que as mulheres aceitem que elas são o dito “sexo inferior”, e é isso que o teórico pontua e coloca como inverdade.

A dominação masculina acontece devido às relações sociais. Fazendo uma comparação com o texto de Orlandi (2007), quando ela afirma que nenhum sujeito possui uma linguagem, nem ideologia pura devido a estas serem assujeitados ao processo social, cultural e histórico, ao texto de Bourdieu (2012), quando o mesmo coloca a dominação como um processo da socialização, é possível afirmar que a dominação masculina só se sustenta por causa da ideologia vigente. As pessoas nascem em um contexto histórico e social definido e se esse contexto coloca a mulher como um ser inferior, essa pessoa passará a acreditar e viver conforme esse contexto.

### **5.1 Leis brasileiras para coibir crimes contra a mulher**

Existem leis que amparam os direitos das mulheres, como Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como **Lei Maria da Penha**, que tornou crime a

violência doméstica e familiar contra a mulher. O Estado entende por violência doméstica não só a violência física, mas também a violência psicológica, moral, patrimonial, sexual. Maria da Penha Maia Fernandes foi duas vezes vítima de tentativa de assassinato pelo marido, ficou paraplégica após as agressões e ganhou notoriedade ao apresentar o seu caso à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

O artigo 7º, parágrafo II da Lei 11.340 define violência psicológica:

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. (BRASIL, 2006)

A Lei Maria da Penha é a lei de mais notoriedade no combate à violência contra a mulher, mas existem outras leis e decretos que punem mais severamente quem comete contra elas. Uma delas é a alteração feita em 2015, pela, então, presidenta Dilma Rousseff, no Art. 121 do Decreto de Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, que prever o **Feminicídio** como uma circunstância qualificadora do crime de homicídio, tornando este ato um crime hediondo. A Lei entende como Feminicídio quando uma mulher é assassinada pela sua condição de sexo feminino. Para estabelecer que um crime foi cometido por causa da condição feminina da vítima, o decreto leva em consideração se houve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Outra lei que ajuda no combate à violência contra as mulheres é a lei que garantiu a criação da **Central de Atendimento as Mulheres**. Em 13 de agosto de 2003, a lei nº 10.714 autorizou o Poder Executivo a criar um número telefônico para receber denúncias de violências contra a mulher e dois anos depois, em 2005, o número 180 passou a receber, em caráter experimental, denúncias. Já em 2006 o serviço passou a ser prestado integralmente por todo o país com 20 pontos de atendimento durante às 24 horas do dia. O serviço foi regulamentado pelo Decreto de nº 7.393 de 15 de dezembro de 2010, que dispôs sobre o funcionamento do

serviço de atendimento para receber denúncias sobre violências de gênero sofridas pelas mulheres, seja ela física, psicológica ou moral.

Estas três Leis citadas acima são as que possuem mais destaque. Existem outras Leis no Código Penal brasileiro que garantem a punição e previnem a violência de gênero, ou mesmo as que asseguram os direitos de mulheres, como a que permite que ela possa amamentar em público, registrar o filho sem a presença do pai e o decreto que, em algumas cidades, permite que elas podem descer fora do ponto de ônibus depois das 23 horas.

## 6. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Este trabalho analisa o conteúdo das notícias sobre as mulheres do Poder Executivo nos jornais Folha de São Paulo e Estado São Paulo para investigar se os dois veículos pregam um discurso que contém violência simbólica, ou psicológica ou não contra as essas mulheres. Para responder a esta questão problema, foram estabelecidos 1 objetivo geral e 4 objetivos específicos, que com a ajuda dos textos usados como embasamento serão alcançados, conseguindo, assim, responder à questão que sustenta a tese. O trabalho possui uma abordagem tanto qualitativa, quanto quantitativa.

Para que o trabalho fosse desenvolvido da melhor forma possível, foram feitas a assinatura dos dois jornais, para assim ter acesso ilimitado às notícias veiculadas por eles. Como o *corpus* de estudo são as notícias sobre mulheres dos três poderes e as eleições federais são realizadas no mês de outubro, entendeu-se que os meses mais propícios a terem um maior número de matérias que se encaixam na pesquisa seriam os meses de setembro, outubro e novembro de 2016, por serem pré, durante e pós-eleição.

Durante os três meses, foram recolhidas 40 matérias sobre mulheres do Poder Executivo nos dois jornais. 24 notícias do jornal Folha de São Paulo e 16 notícias do Jornal Estado de São Paulo. O mês que continha mais notícias sobre o assunto foi setembro, devido a ser pós impeachment da presidenta Dilma Rousseff e por ser período de campanha eleitoral. Outubro teve poucas notícias, novembro

quase nenhuma, principalmente no jornal Estado de São Paulo. Neste jornal apenas três matérias sobre mulheres do Poder Executivo saíram no mês de novembro.

As personagens que mais apareceram nas notícias foram: i) a ex-presidenta Dilma Rousseff, mesmo após sofrer o processo de cassação que a tirou do cargo de Presidenta do Brasil; ii) a primeira mulher a presidir o Supremo Tribunal de Justiça (STF), Carmem Lúcia; iii) a senadora Marta Suplicy, que na época de coleta do *corpus* de estudo concorria ao cargo de prefeita de São Paulo e iv) a diretora da Controladoria Geral da União (CGU), Grace Mendonça.

Este trabalho se propôs a analisar as notícias sobre as mulheres que constituem o Poder Executivo brasileiro nos jornais Folha de São Paulo e Estadão para investigar se existe um discurso que haja com violência simbólica contra elas. Além destas notícias, também são analisadas as notícias que apontam a baixa participação de mulheres em cargos do Poder Executivo. Como a matéria do jornal Folha que problematiza o fato de a bancada feminina ser composta por mulheres ditas 'conservadoras'.

Das 40 notícias recolhidas, 10 foram selecionadas para serem analisadas conforme a bibliografia da pesquisa. Estas 10 foram escolhidas por falarem especificamente sobre as mulheres, pois algumas das notícias encontradas falavam sobre outros assuntos que não cabiam na linha da pesquisa. Por meio de textos da Análise de Discurso de linha francesa e do livro *Dominação Masculina* (2012) de Pierre Bourdieu foi possível conhecer mais sobre os discursos com deslocamentos de sentidos e sobre a violência simbólica contra as mulheres. Para reforçar a ideia de que a violência contra as mulheres, infelizmente, é algo comum, as principais leis brasileiras que punem quem comete algum tipo de violência contra o sexo feminino foram aclaradas no texto.

Os jornais analisados são os dois de maior circulação e notoriedade na cidade de São Paulo e foram escolhidos pelo número alto de leitores e circulação em todo o país. Os instrumentos de coletas foram a internet, computador, diário para anotações e a técnica aplicada foi a leitura diária dos jornais para recolher as notícias que se encaixam no assunto investigado.

As notícias selecionadas para análise são todas aquelas que falam sobre as mulheres que exercem cargos do Poder Executivo. Durante todos os dias em que os dois jornais circularam, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, todas as matérias desse tipo foram coletadas e guardadas para que depois do processo de

colhimento, 10 fossem selecionadas e constituíssem o *corpus* de estudo para a análise e investigação.

Nos capítulos seguintes será apresentada a análise das notícias selecionadas, dos dois jornais. As notícias foram analisadas de acordo com o referencial teórico proposto na pesquisa e serão desenvolvidas a partir dos objetivos delimitados.

## 7. DISCURSO JORNALÍSTICO E IDEOLOGIA

### 7.1 Folha de São Paulo

Imagem 1: Dilma promete oposição “enérgica e incansável” contra gestão “golpista”



Ex-presidente Dilma Rousseff (PT) acena ao lado de congressistas, ex-ministros de seu governo e outros aliados no Palácio da Alvorada, em Brasília

# Dilma promete oposição ‘enérgica e incansável’ contra gestão ‘golpista’

No Alvorada, ex-presidente eleva tom, ataca ‘corruptos’ alçados ao poder e diz que vai recorrer

**Após confirmação de condenação, petista abraçou Lula e aliadou e pediu que eles não chorassem**

MARINA DIAS  
BELA MEGALE  
DE BRASÍLIA

Em sua primeira aparição pública como ex-presidente do Brasil, Dilma Vana Rousseff fez um discurso forte nesta quarta-feira (31) em que afirmou estar sofrendo “o segundo golpe” de sua vida e prometeu ao governo Michel Temer uma oposição “firme, incansável e enérgica”.

Durante sua fala de 13 minutos no saguão de entrada do Palácio da Alvorada, Dilma disse que a consumação de seu impeachment era uma “fraude”, na qual “um grupo de corruptos” estava sendo alçado ao poder. Ela declarou ainda que iria recorrer a “todas as instâncias possíveis” para rever o cenário que chamou de “injusto”.

“Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado. Esse é o segundo golpe que enfrento na vida. O primeiro, militar, apoiado na truculência das armas da repressão e da tortura, que me atingiu quando eu era uma

jovem militante. O segundo, parlamentar, desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica”, afirmou a petista.

“Ouçam bem. Eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos nós vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer”, completou Dilma.

Passada a votação e sem a necessidade de convencer senadores a votarem por ela, a ex-presidente decidiu endereçar o discurso e chamar os aliados de Temer de “corruptos” com uma referência indireta à Operação Lava Jato.

“Causa espanto que a maior ação contra a corrup-

“ Ouçam bem. Eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos nós vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer

ção da nossa história, precipitada por ações desenvolvidas e leis aprovadas e sancionadas a partir de 2003, e aprofundadas em meu governo, levem justamente ao poder um grupo de corruptos investigados”, sustentou.

Cercada por ex-ministros e congressistas e observada de longe pelo ex-presidente Lula Inácio Lula da Silva, que preferiu assistir à fala da sucessora do alto da rampa do Alvorada, Dilma pediu que seus apoiadores “não desistam da luta” e disse que seu grupo voltará ao poder.

“Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de Estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.”

A ex-presidente afirmou que o que chama de “golpe” não foi apenas contra ela ou contra o PT. “Isso foi apenas o começo. Vai atingir indistintamente qualquer organização progressista e democrática. O golpe é contra o povo, contra a nação, é misógino, é homofóbico, é racista.”

O tom combativo do discurso teve o aval do comando do PT. O presidente do partido, Rui Falcão, ajudou a ex-presidente a elaborar sua fala, que agradou aos congressis-

tas da sigla, cada vez mais descolados de Dilma.

A irritação vinha principalmente da falta de atenção da petista aos pleitos das bancadas da legenda enquanto ela estava à frente do Planalto.

Hoje, PT e partidos aliados somam cerca de 100 dos 513 deputados na Câmara e não devem conseguir causar tantos problemas ao governo de Michel Temer.

Mas Lula aposta nas mobilizações de rua e quer que Dilma percorra com ele o país.

Ao final de seu discurso, a petista deu sinais de que pode acompanhar o padrinho político. “Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso di-

“ Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de Estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano

zer ‘até daqui a pouco’”.

‘NÃO É PARA CHORAR’

Pouco antes de seu pronunciamento, Dilma assistiu à votação do impeachment no Senado na biblioteca do Alvorada ao lado de Lula e alguns ex-ministros. Os demais convidados acompanharam a sessão de outra sala.

Após confirmado o resultado que tirou seu mandato por 61 votos a 20, Dilma abraçou Lula e cumprimentou os aliados. Não chorou e pediu para que não chorassem.

Aparentando cansaço e bastante chateado, o ex-presidente fez um desabafo ao assistir ao discurso de Ronaldo Caiado (DEM-GO): “É o resumo do que toda a classe conservadora pensa da gente”. Caiado afirmou no plenário que “canalhas” eram aqueles que haviam “roubado a Petrobras” e levaram o país “a essa situação”.

A parte mais emblemática de sua fala Dilma deixou para o fim, com um poema do russo Vladimir Maiakóvski.

“Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão haveríamos de ficar tristes? O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas.”

A primeira notícia a ser analisada é do dia primeiro de setembro, um dia após Dilma Rousseff sofrer processo de impeachment, tornando-a não só a primeira mulher a presidir o Brasil, como também a primeira mulher presidenta a ter seu mandato cassado. A notícia tem como título “Dilma promete ‘oposição enérgica e incansável’ contra gestão ‘golpista’”. Uma das características deste jornal é usar falas dos entrevistados para a construção dos títulos das manchetes, como neste caso. O conteúdo da notícia comenta sobre a condenação de Dilma por crime de responsabilidade fiscal, no qual cometeu as famosas pedaladas.

As falas mais fortes são da própria Dilma, falas essas que o jornal utiliza para dar sentido ao seu discurso. Quem não ouviu o discurso da ex-presidenta não saberá em qual sentido ela utiliza os termos “golpista” e “corruptos”. Orlandi (2002) diz que a Análise de Discurso não é o que o texto quer dizer e sim como esse texto produz significado. Para ela, a AD produz sentido próprio. “Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade” (p.18). Ou seja, a matéria significa por si só. A matéria significa por si só, porque o sujeito, como sujeito histórico e social, irá produzir sentido.

A palavra condenação já traz na semântica a culpa. O jornal já começa a notícia ativando a memória discursiva dos leitores a respeito da palavra condenada. Mas, apesar de Dilma ter deixado de ser presidenta do Brasil, fica difícil afirmar que ela foi condenada mesmo, já que esta palavra nos remete à prisão, ou mesmo punição, fato que não aconteceu com a mesma. Dilma sofreu o processo de cassação do mandato, mas não foi condenada, pois se ela estivesse sido mesmo condenada, ela teria perdido o direito de concorrer a cargos públicos pelos próximos oito anos, como prevê a constituição. A Lei do Impeachment - Lei 1079/50 | Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 estabelece o afastamento de 5 anos das funções públicas, para quem sofre processo de impeachment.

Esta notícia vem após 4 meses desde o afastamento de Dilma da presidência e apesar dela ter sido cassada e do jornal a apontar como condenada, é possível afirmar que não foi condenada. Foram duas votações diferentes. Uma para decidir se Dilma Rousseff seria cassada e outra para decidir se ela ficaria ou não inelegível, mas conforme a legislação isso deveria ser uma coisa só.

Levando em consideração o quarto objetivo deste trabalho, que discute o impacto que as notícias exercem no inconsciente coletivo, quando se utiliza alguns termos que já vem carregados de uma historicidade, querendo ou não, modifica a forma com que o receptor irá interpretar aquela notícia.

Pelos trechos “Após confirmação de condenação, petista abraçou Lula e aliados e pediu que não chorassem”, “Não chorou e pediu que não chorassem” é possível enxergar como o jornal, mesmo que inconscientemente, direciona a visão do leitor, pois da maneira que as frases estão colocadas dá-se a entender que ela tinha que chorar. Eles enfatizam a informação que ela não chorou, como se por ela ser mulher, ela tivesse que chorar, realçando assim a ideia da mulher como sexo frágil, que chora quando passa por situações difíceis. Deste modo, eles a colocam como ‘diferente’, por ser forte. Durante todo o seu governo, Dilma se manteve forte, era chamada de durona, tanto pelas posições políticas, quanto pelo fato de não se mostrar muito sorridente e foi alvo de duras críticas por isso.

A matéria vai descrevendo e criando desde a linha fina da notícia até os entretítulos esse sujeito mulher que é Dilma. Depois de ler a notícia, sabe-se que o sujeito/mulher/Dilma não chora, tem um ‘discurso forte’ e usa um ‘tom combativo’ para falar sobre o momento que está passando. Eles qualificam o sujeito, a adjetivando e, de novo, ativando a memória discursiva do leitor. Com estas palavras é possível interpretar que Dilma, apesar de ter sido cassada, ainda está em luta e não se deixou abater pelo o que lhe aconteceu.

Outra passagem desta matéria que é importante ressaltar é quando eles usam a fala de Dilma que reconhece as violências sofridas contra as mulheres e as minorias. “O golpe é contra o povo, contra a nação, é misógino, é homofóbico, é racista”. Com as palavras de Dilma, o jornal abre a hipótese de que a mulher sofre preconceitos, e que há sim um discurso misógino em relação às mulheres. Ao recuperar a ideia de que há sim a prática de violências contra determinados grupos, neste caso especialmente ao grupo de mulheres, o jornal abre espaço para discussões a respeito do tema utilizando a fala de Dilma. As mulheres sofrem diversos tipos de violência apenas por serem mulheres, prática essa conhecida como misoginia.

A gestão de Dilma trouxe à tona discussões sobre as violências sofridas pelas mulheres quando estão inseridas em ambientes onde homens são a maioria. Dilma sofreu com a misoginia desde o começo de seu mandato de presidente e com essa

fala destacada no jornal, reconhece que isso influenciou sua gestão e na sua cassação. A misoginia andou com Dilma durante todo seu mandato de presidência da república e teve muita repercussão, principalmente na internet. O discurso de Dilma evidencia todo um processo histórico-social da violência de gêneros, não só contra Dilma, mas contra todas as mulheres.

*Imagem 2: Temer nomeia mulher para o cargo na AGU*

## Temer nomeia mulher para cargo de AGU

Apoiada por ministros do STF, Grace Mendonça ocupará Advocacia-Geral da União, no primeiro escalão do governo

**Presidente demitiu por telefone Fábio Medina Osório, que teve discordâncias com chefe da Casa Civil**

VALDO CRUZ  
MARINA DIAS  
MARIANA HAUBERT  
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer demitiu nesta sexta (9) o advogado Fábio Medina Osório do cargo de Advogado-Geral da União e nomeou, para seu lugar, Grace Mendonça.

Ela será a primeira mulher a ocupar um cargo no primeiro escalão do governo Temer, que foi criticado pela ausência feminina em sua cúpula.

Grace, 47, ocupava o cargo de secretária-geral de Contencioso, órgão da AGU, desde 2003 e era responsável por acompanhar o andamento de processos junto ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Ela também substitua o advogado-geral nas sustentações orais no Supremo quando necessário. Por isso, tem bom trânsito na Corte e seu nome contou com o apoio dos ministros do STF Gilmar Mendes e Carmen Lúcia.

A AGU não tem status de ministério, mas o governo enviará ao Congresso proposta para que a função tenha as mesmas prerrogativas do cargo.

Antes de o Palácio do Planalto anunciar a troca, Osório confirmou sua demissão à *Folha*. Ele disse ter sido informado por telefone e que a escolha foi "política".

"Fui comunicado pelo telefone. Temer agradeceu pelos serviços prestados e disse que, em função da conversa com Padilha, ficou inviável [minha permanência]", disse. "Não existe justificativa, há uma escolha política", afirmou Osório.

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, teve um forte embate nesta quinta-feira (8)



Grace Mendonça, convidada por Temer para chefiar AGU

com o agora ex-AGU. Padilha reclamava da atuação de Osório, principalmente em relação ao pedido de acesso a inquéritos da Lava Jato que o advogado fez ao STF.

O governo também ficou irritado com a atuação dele no episódio envolvendo a troca de comando da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) e na sindicância sobre a conduta do ex-advogado-geral José Eduardo Cardozo na defesa da ex-presidente Dilma Rousseff.

O ministro da Casa Civil queria que Osório se demitisse, mas o advogado se recusou, afirmando que só sairia a mando de Temer.

A saída do ex-AGU já era cogitada antes mesmo da confirmação do impeachment e a efetivação de Temer na Presidência, ocorridos na semana passada.

A exoneração de Osório e a nomeação de Grace foram publicados em edição extra do Diário Oficial da União

desta sexta. Temer conversou com o ex-advogado apenas por telefone para informá-lo de sua demissão. Em atitude mais amistosa, o presidente recebeu Grace para uma reunião em seu gabinete na manhã desta sexta.

### REPRESENTATIVIDADE

A nomeação de uma mulher para o posto visa minimizar as críticas feitas a Temer desde que assumiu o comando interino do país, em maio. Na época, ele apresentou um ministério composto apenas por homens.

Desde então, o peemedebista tentava driblar as críticas dizendo que havia mulheres em cargos importantes, como à frente do BNDES e de seu gabinete pessoal.

Durante sua viagem à China, por exemplo, Temer minimizou a questão da representatividade de gênero, ao dizer que tanto fazia a nomeação de um homem ou de uma mulher para qualquer cargo.

Fonte: Valdo Cruz, Marina Dias e Mariana Haubert – Jornal Folha de S. Paulo - <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/09/10/2/>

A segunda matéria é do dia 10 de setembro, o título é “Temer nomeia mulher para o cargo na AGU”. Esta notícia fala sobre Grace Mendonça, a primeira mulher a ocupar um cargo no primeiro escalão no governo de Michel Temer. Ele vinha sofrendo críticas por não ter indicado nenhuma mulher para ocupar algum cargo de destaque no Governo. Mas apesar do título parecer ser o de choque por uma mulher ocupar o cargo, logo o texto da matéria o desmente. O conteúdo da notícia informa que o presidente Michel Temer ainda não tinha indicado nenhuma mulher para ocupar cargos do primeiro escalão de seu governo. Ao contrário do sentido que é produzido no sujeito ao ler o título, o texto aponta as críticas que o presidente vinha recebendo, ao invés de criticar a escolha.

No título da notícia, já é possível apontar violência simbólica. Porque eles colocam “mulher” e não nome da pessoa que foi nomeada ao cargo. Será por que o presidente tinha nomeado poucas mulheres para cargos quando assumiu a

presidência ou porque o jornal se chocou a saber que uma mulher iria presidir a Advocacia Geral da União? O primeiro caso, que é o fato do presidente ainda não tinha indicado nenhuma mulher, só poderia ser entendido por pessoas que estariam a par das distribuições de cargos dele, já que a língua não cita nada do tipo, logo não produz sentido acerca disso.

Essa matéria abre espaço para uma vasta discussão sobre como as mulheres ocupam pouco espaço no mercado de trabalho. Ela carrega consigo uma carga histórica, social e ideológica de como as mulheres ainda são vistas como as responsáveis pela manutenção do lar. Esse dizer do título aciona uma memória discursiva: a de que, na sociedade brasileira, ainda há um choque quando uma mulher é indicada a um cargo de destaque. Ao ler o conteúdo da notícia, ao contrário da interpretação que o título possibilita, é possível perceber que os dizeres estão carregados de críticas a esse pouco espaço destinado a mulheres.

Essa maneira de passar a informação faz lembrar uma passagem do texto de Orlandi sobre a interpretação dos sentidos que uma fala produz no leitor. No texto ela coloca que na entrada de uma universidade estava uma faixa preta onde estava escrito em letras brancas “vote sem medo”. Sobre a produção de sentido desta faixa Orlandi (2002, p. 29) diz:

A faixa negra traz em si uma memória. Se a observamos do ponto de vista da cromatografia política, o negro tem sido a cor do fascismo, dos conservadores, da “direita” em sua expressão política. Por outro lado, as palavras “sem medo”, que parecem apoiar o eleitor em sua posição, trazem dois efeitos a elas opostos: 1. Lançam a suspeita sobre algum dos candidatos (que estariam ameaçando os que não votassem nele...) e 2. Falam em “medo”, sugerindo um perigo, uma ameaça. Outro efeito de sentido de sentido que também aí funciona, mas de modo mais indireto, é o de que, se essas entidades assinam algo que produz os dois efeitos acima, significa que elas estão tomando posição contra algum dos candidatos que elas fazem supor que ameaçaria os eleitores (ORLANDI, 2002, p. 29).

A possibilidade de que a produção de sentidos que Bourdieu (2012) tanto fala é o motivo de usar essa passagem para contextualizar o que foi falado acima. Ao não colocar o nome de Grace Mendonça no título, o jornal abre um leque de possibilidade na produção de sentidos, e este trabalho interpretou como uma prática da violência simbólica, pois ao não colocar o nome da mesma, parece que está diminuindo o fato de Temer ter nomeado uma mulher, apesar de entender como não

intencional devido ao conteúdo do texto enfatizar a falta de mulheres em cargos de destaque.

O subtítulo da notícia “Representatividade” é muito significativo nos discursos feministas atuais, muito se ouve falar sobre a representatividade da mulher no século 21, seja nos jornais, nas novelas, nos programas e no dia a dia. A maioria das mulheres reconheceu que é preciso mais participação delas em todas as esferas sociais. Quando se fala em Representatividade feminina, vêm à memória toda história de luta por direitos iguais, como a luta pelo direito ao voto, por poder trabalhar fora de casa, por igualdades de salários, por não sofrer violências domiciliar entre outras batalhas. O fato é que as mulheres precisam de mais representatividade no Poder Executivo para que haja mais progresso em suas conquistas.

A notícia destaca o fato do Presidente do Brasil, Michel Temer minimizar a questão da representatividade de gênero que tanto vem sendo discutido no Brasil. Temer diz, segundo a notícia, que “tanto fazia a nomeação de um homem ou de uma mulher para qualquer cargo”, mas se sabe que não é bem assim. Não dá para dizer que tanto faz ser homem ou mulher, quando todos os dias vemos mulheres serem mortas, xingadas, violentadas, com salário menor e não ocupando cargos de destaque. Quando se ignora a questão da representatividade de gênero no Brasil, está por se ignorar todo um processo histórico e social de lutas e perdas por partes das mulheres. O jornal foi muito feliz em mostrar, indiretamente, que as mulheres se sentem representadas quando uma consegue se destacar em um meio conservador e historicamente masculino.

Imagem 3: Sob Carmem Lúcia, Supremo deve mudar rumos de pautas e medidas

# Sob Carmem Lúcia, Supremo deve mudar rumo de pautas e medidas

Presidente da corte toma posse nesta segunda e vai comandar julgamentos de casos populares

**Lewandowski deixa o comando do STF com o ônus de ter avaliado o 'fatiamento' do processo de Dilma**

GABRIEL MASCARENHAS  
VALDO CRUZ  
DE BRASÍLIA

Quando o ministro Ricardo Lewandowski passar o maletete da presidência do STF (Supremo Tribunal Federal) à ministra Cármen Lúcia, na tarde desta segunda-feira (12), o tribunal entrará num biênio de pautas mais pop e menos corporativistas.

Nos dois primeiros julgamentos sob a condução de Cármen, na quarta e na quinta-feira, o plenário decidirá, por exemplo, se o Estado é obrigado a fornecer medicamento de alto custo a portadores de doenças graves e se mulheres têm direito a 15 minutos de descanso antes das horas extras.

Na reta final antes de assumir o principal posto do Supremo, Cármen deu dois recados objetivos: quer ser chamada de presidente, em vez de "presidenta", e não está interessada em badalação.

"Não gosto muito de festas, de nada disso. Eu gosto é de processo", avisou, na segunda turma do STF, na terça-feira passada (6).

Lewandowski deixa a cadeira de comando do STF com o ônus da decisão tomada durante a sessão do im-



A ministra Cármen Lúcia, que vai assumir a presidência do Supremo nesta segunda-feira

peachment da ex-presidente Dilma Rousseff de fatiar a votação que afastou a petista.

A medida garantiu a Dilma o direito de ocupar funções públicas, mesmo depois de ter sofrido o impeachment.

Até então, a condução de Lewandowski para o julgamento vinha ganhando elogios dos colegas.

Publicamente, a maioria dos magistrados do Supremo se esquivava das perguntas sobre o tema.

Internamente, no entanto, boa parte deles não esconde o desconforto com o ocorrido no Congresso.

Na avaliação de um ministro da corte, o presidente "derrapou" na reta final do

processo de afastamento.

## AUSTERIDADE

Ministros e servidores preveem que a futura presidente caminhará no sentido oposto ao do antecessor, sobretudo no que diz respeito às pautas.

Enquanto Lewandowski enfrentou o desgaste de batalhar até o último dia pelo

aumento da remuneração da categoria, Cármen é conhecida pelo discurso a favor da austeridade.

A reportagem apurou, por exemplo, que, no CNJ (Conselho Nacional de Justiça), colegiado comandado pelo presidente do Supremo, servidores dão como certo o empenhamento da concessão de diárias para serviço externo.

Antes da cerimônia de posse nesta segunda, que deverá contar com presenças ilustres, que vão do presidente Michel Temer ao compositor Caetano Veloso, Cármen e se comprometeu a apresentar "pautas racionais" e "discutir com os colegas" as medidas mais importantes que for adotar.

Outro ponto que diferencia Cármen de Lewandowski é a personalidade. Uma frase do ministro Luís Roberto Barroso sintetiza a opinião da maioria dos integrantes da corte sobre o presidente.

"Ele é uma pessoa extremamente fidalga e educada. Conduziu o Supremo de maneira muito cordial com as pessoas", disse, sem querer analisar, no entanto, o desempenho dela nos últimos dois anos.

Edson Fachin foi menos contido: enviou carta a todos os ministros para elogiar Lewandowski. "Senhor presidente, com meu agradecimento ao azo do registro da ocasião, estou seguro de que a história desta Casa inscreverá devidamente a Presidência de Vossa Excelência em seus anais", diz o texto, ao qual a Folha teve acesso.

Fonte: Gabriel Mascarenhas, Valdo Cruz – Jornal Folha de S. Paulo -

<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/09/12/2/>

A notícia sobre a Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) do dia 12 de setembro é a terceira selecionada para compor a análise. A notícia tem como título "Sob Carmem Lúcia, Supremo deve mudar rumos de pautas e medidas". O conteúdo da notícia fala sobre a posse de Carmem Lúcia como a mais nova presidente do STF e sobre as novas votações que ela irá presidir no Supremo.

Logo no começo da matéria destaca dois pedidos de Carmem Lúcia, o primeiro é que ela quer ser chamada de presidente e não "presidenta" e o segundo é que ela não está interessada em badalação. Essa passagem dá matéria tem todo

uma carga de historicidade. Quando se fala a palavra “presidenta”, logo se lembra de Dilma Rousseff. Ela, ao se eleger presidente do Brasil, exigiu ser chamada de presidenta, o que causou um enorme reboliço. Muitos não aceitaram a nova nomenclatura de Dilma e, quando o jornal coloca esta frase na matéria, entende-se logo ao que ele está se referindo. Assim, fica o questionamento de o porquê Carmem Lúcia não querer ser chamada assim. É possível que seja um mecanismo de defesa, uma vez que a ela está inserida em um escalão onde a presença masculina é predominante, e ao optar por ser chamada de presidenta poderia significar que ela é diferente deles. Ou mesmo pelo medo de sofrer ataques misóginas, como aconteceu com Dilma anteriormente.

Com isso, o jornal reconhece toda uma posição ideológica do sujeito Carmem Lúcia dentro da matéria. É possível saber, após ler a matéria que ela é uma pessoa séria, que é a favor de “austeridade” como é colocado no texto. Apesar de Dilma Rousseff não aparecer muito no texto, a construção dos sentidos no texto parece fazer uma leve comparação entre as duas, principalmente quando se fala sobre a tão comentada palavra “presidenta”. Quando Carmem Lúcia opta por não usar este termo, parece que ela deixa de lado toda uma questão ideológica que foi adotada por Dilma. O posicionamento dela parece estar desligado e se distancia da ideologia feminista.

O impacto que a presença da desinência de gênero feminino (a) ou masculino (o) nesta palavra é enorme e provoca uma vasta discussão entre linguistas. A Academia Brasileira de Letras em uma postagem sobre a discussão apontou que as duas formas de falar estão corretas e que o uso delas é muito mais uma questão política que gramatical. Tanto Dilma, quanto Carmem Lúcia, ao optar, fizeram uma escolha política, pois este termo carrega uma responsabilidade semântica que ultrapassa seu sentido estritamente linguístico. Dá-se a entender que ao usar presidenta, a mulher está levando em consideração toda uma história, uma ideologia sobre a igualdade de gênero e ao ignorar, entende-se o contrário.

Orlandi (2002) diz que “o “sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Para Bourdieu (2012), a dominação dos homens sobre as mulheres se dão principalmente pela divisão de trabalho. Para ele:

A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a idéia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação, e em particular de todas as trocas de honra, das trocas de palavras (nos encontros quotidianos e sobretudo nas assembléias), trocas de dons, trocas de mulheres, trocas de desafios e de mortes (cujo limite é a guerra); ela está inscrita, por outro lado, nas disposições (os habitus) dos protagonistas da economia de bens simbólicos: as das mulheres, que esta economia reduz ao estado de objetos de troca (mesmo quando, em determinadas condições, elas podem contribuir, pelo menos por procuração, para orientar e organizar as trocas, sobretudo matrimoniais); as dos homens, a quem toda a ordem social, e em particular as sanções positivas ou negativas associadas ao funcionamento do mercado de bens simbólicos, impõe adquirir a aptidão e a propensão, constitutivas do senso de honra, de levar a sério todos os jogos assim constituídos como sérios. (BOURDIEU, 2012, p. 60)

Bourdieu (2012) ao apontar a divisão de trabalho, ressalta bem a ideia apresentada nesta notícia. Carmem Lúcia está inserida em um mercado de trabalho que é propício ao gênero masculino, e, talvez por isso não quer se diferenciar dos homens de lá.

## Imagem 4: Bancada feminina terá domínio evangélico

### TRANSIÇÃO PAULISTANA

# Bancada feminina terá domínio evangélico

Das 11 vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de São Paulo a partir do ano que vem, 7 têm esse perfil religioso

**Assuntos sensíveis às mulheres podem ter visibilidade na Casa, mas visão feminista tende a enfrentar tabu**

FERNANDA MENA  
DE SÃO PAULO

O aumento de 120% no número de mulheres eleitas para a Câmara Municipal de SP a partir de 2017 traz implícito outro dado revelador: 7 das 11 vereadoras são evangélicas. A Casa terá 20% dos assentos ocupados por mulheres — as 5 atuais representam 9%, enquanto a população feminina na cidade é de 52,5%.

A mais votada entre as vereadoras de São Paulo foi a tucana Patrícia Bezerra, com mais de 45 mil votos. O partido do futuro prefeito, João Dória (PSDB), elegeu 3 vereadoras — todas evangélicas.

“É importante a presença feminina na Câmara mesmo que seja de mulheres de perfil conservador”, avalia Lara Mesquita, doutora em ciência política e pesquisadora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), para quem isso provoca mudança “no vocabulário”, “na maneira como se trata as mulheres”, além de chamar a atenção para “temas feministas”.

O cientista político Fernando Abrucio, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), diz que essa mudança no Legislativo é “muito relevante porque a agenda feminina na Câmara era praticamente zero”.

Ele destaca que colaborou para este resultado a maior visibilidade dos movimentos de mulheres e a pressão que exerceram para a organização de feministas, mas também de mulheres que não se enquadram como tal.

Como exemplo, ele cita a vereadora evangélica reeleita Edir Sales (PSD), cujo discurso foi progressivamente se

#### BANCADAS DA CÂMARA

Número de vereadores religiosos passará de 11 para 15 a partir de 2017

#### BANCADAS



**Eduardo Tuma (PSDB)**  
Votos: 70.273  
Reeleito, é líder da bancada evangélica na Câmara e membro da Igreja Bola de Neve



**Rute Costa (PSD)**  
Votos: 33.999  
Psicóloga de formação, é filha de um dos líderes das Assembleias de Deus - Ministério do Belém



**Sâmia Bonfim (PSOL)**  
Votos: 12.464  
Aos 27 anos, é formada em letras e participa do movimento sindical da USP



**Soninha (PPS)**  
Votos: 40.113  
Foi duas vezes candidata à prefeitura, subprefeita da Lapa e vereadora (2005-2008)



**Fernando Holiday (DEM)**  
Votos: 48.055  
Aos 20 anos, cursa direito e é líder nacional do MBL (Movimento Brasil Livre), organizador dos protestos pró-impeachment



**Conte Lopes (PP)**  
Votos: 80.052  
Reeleito, foi policial da Rota e se elegeu deputado estadual seis vezes

#### NÚMERO DE MULHERES NA CÂMARA



Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

#### QUEM SÃO

**Evangélicas**

- > Adriana Ramalho (PSDB)
- > Aline Cardoso (PSDB)
- > Patrícia Bezerra (PSDB)
- > Edir Sales (PSD)
- > Rute Costa (PSD)
- > Sandra Tadeu (DEM)
- > Noemi Nonato (PR)

#### Outras

- > Juliana Cardoso (PT)
- > Sâmia Bonfim (PSOL)
- > Soninha (PPS)
- > Janaína Lima (Novo)

volvendo para a mulher e seu papel na sociedade.

Trata-se do caso também da cantora gospel e vereadora reeleita Noemi Nonato (PR), “Não sou feminista, mas me dedico ao combate da violência contra a mulher”, diz.

Eleita com uma bandeira explicitamente feminista, a estreante Sâmia Bonfim

(PSOL) avalia como importante a discussão na Câmara do machismo e da LGBTfobia.

No último ano, vereadores evangélicos foram os principais responsáveis pela retirada de metas de combate à discriminação de gênero do Plano Municipal de Educação.

O perfil da futura bancada feminina, para ela, “expressa

os limites da representatividade”. “Ter uma mulher na Câmara não significa que os direitos das mulheres vão avançar. Podemos ter homens mais aliados às causas feministas e feministas do que algumas mulheres conservadoras.”

Juliana Cardoso, vereadora reeleita do PT, celebra a alta de mulheres na Casa, mas res-

salva que “temas feministas tendem a ser tabu de certas congregações evangélicas”.

Para Abrucio, essa configuração é sinal de que “haverá briga” entre as candidatas. “Mas, se elas forem perspicazes politicamente, vão encontrar pontos de consenso”, diz.

“O maior conflito está no plano federal, onde se discu-

te a questão do aborto. No município, essas mulheres tendem a ser parceiras em questões femininas, como na ampliação de vagas em creches”, afirma a socióloga Fátima Pacheco Jordão.

#### BÍBLIA

A bancada que reúne vereadores evangélicos vai crescer de 11 para 15 em 2017.

Com isso, 27% da nova Câmara passa a ser ocupada por esse perfil religioso — a proporção de evangélicos na população é de 22%, segundo dados do Censo de 2010.

Esse aumento, segundo especialistas e articuladores políticos, pode estar relacionado à nova lei eleitoral. Com restrições de financiamento, de visibilidade nas ruas e tempo de TV, os candidatos ligados a igrejas saem na frente.

“O candidato encontra nas igrejas máquinas poderosas e organizadas jogando a seu favor”, diz Mesquita.

O pastor Lélis Marinho, coordenador político nacional da Assembleia de Deus Belém, que ajudou a eleger a vereadora Rute Costa (PSD), reconhece que a nova legislação pode ter beneficiado os candidatos ligados às congregações. Como a lei proibiu a campanha durante os cultos, a sugestão de candidatos pelas lideranças se deu via redes sociais ou com a distribuição de materiais e santinhos na saída dos cultos.

“Além disso, existe hoje uma preocupação geral nas comunidades evangélicas de ter sua representação no Legislativo em função de novas demandas e leis que têm surgido”, afirma Marinho. Essas demandas, diz, incluem combate à corrupção e “defesa da família e da liberdade de culto, sempre ameaçada”.

Entre os temas sensíveis a esses vereadores estão o Psu (devido ao barulho em cultos) e o Código de Obras (com regras para prédios de igrejas).

Fonte: Fernanda Mena – Jornal Folha de S. Paulo - <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/10/06/2/>

A quarta matéria selecionada é do dia 6 de outubro de 2016 e aborda as mulheres do Poder Legislativo diretamente. A notícia traz como título “Bancada feminina terá domínio evangélico”. O discurso da notícia ressalta que houve um aumento de 120% de mulheres eleitas para a câmara de São Paulo, agora serão 8 mulheres a ocupar uma cadeira de vereadora no Estado, enquanto 44 serão homens. O texto também fala sobre os tabus que as vereadoras ditas “feministas” irão enfrentar, uma vez que a maioria é evangélica, logo entendidas pelo jornal como conservadoras.

Apesar do aumento de mulheres a ocupar uma cadeira, segundo uma pesquisa da Folha uma em cada 4 cidades não elegeu nenhuma mulher para a câmara. A maioria da população brasileira é feminina, 51%, mas, quando se trata do Poder Executivo, esse cenário muda completamente, uma vez que apenas 5% dos cargos do Poder Legislativo são ocupados por elas e apenas 24% dos municípios brasileiros terão uma representante mulher na câmara.

A notícia também traz gráficos comparando as eleições de 2012 com a de 2016 e seus eleitos. O número de mulheres aumentou, mas o número de mulheres que pertencem a alguma bancada religiosa prevaleceu e o que se mostra como um avanço para alguns, para outros é um problema. Tudo depende da interpretação que as pessoas têm de mundo, uma vez que pertencer a alguma religião é pressuposto de ser conservadora. E ser conservadora, no contexto da representatividade feminista atual, quer dizer ser contra a maioria das lutas das mulheres feministas, ou de mulheres que não se consideram feministas, mas lutam pela mesma causa.

A notícia problematiza a falta de representatividades nas defesas das causas feministas na câmara dos vereadores de São Paulo, colocando que apesar de o número de eleitas ter crescido, isso não significará que as suas causas estarão em pautas. Para o jornal Folha de São Paulo, ser feministas significa que não pode ser evangélica. Apesar de ser uma informação que procede na maioria, não é totalmente verdadeira. Quando o jornal constrói a ideologia do sujeito/mulher/evangélica, ele acaba limitando a capacidades dela de entender o mundo como um todo, como se a mulher/política/evangélica não pudesse entender a necessidade da igualdade de gêneros. Existem mulheres evangélicas que também batalham pela causa, apesar de ser um número baixo.

Esta matéria coloca que é possível que haja homens mais próximos à causa feminista do que muitas mulheres, colocando que não é o gênero que determina a formação ideológica. Quando se fala em feminismo, entende-se que mulheres são feministas, mas existem muitos homens que batalham pela igualdade de gêneros e mulheres contrárias a esse ideal e uma grande barreira que o jornal coloca para que isso não aconteça é o conservadorismo, que muitas das vezes, criticam as pautas feministas e, por isso, uma bancada majoritariamente evangélica pode dificultar o avanço.

Mas, apesar do jornal colocar uma barreira entre as duas frentes, eles sustentam suas ideias ao colocar que a bancada anterior “foi o responsável pela

retirada de metas do combate à violência de gênero do Planalto Municipal de Educação”. Com isso ele consegue provar que a maioria da bancada evangélica não reconhece a violência de gênero. É um risco muito grande para a sociedade quando se mistura política e religião, pois o conservadorismo pregado por algumas religiões acabam por excluir as minorias que vão de encontro ao que se prega numa determinada religião.

*Imagem 5: Única eleita no segundo turno, critica cota feminina*

## Única eleita no 2º turno critica cota feminina

Para próxima prefeita de Caruaru (PE), número mínimo de mulheres não basta para diminuir desigualdade na política

**Herdeira de linhagem política, a tucana Raquel Lyra afirma ter sofrido preconceito por ser mulher**

ANGELA BOLDRINI  
DE SÃO PAULO

Única mulher a vencer a disputa no segundo turno em 2016, a pernambucana Raquel Lyra (PSDB), prefeita eleita de Caruaru, quarto município mais populoso do Estado, afirma que as cotas destinadas às candidaturas femininas nos partidos são insuficientes para equalizar a presença dos gêneros no cenário político nacional.

“Elas não são suficientes para garantir a efetiva participação da mulher, porque os partidos são absolutamente machistas, quem manda neles são homens”, diz a tucana. “É muito difícil para as mulheres ocupar espaço dentro dos partidos.”

A lei eleitoral prevê que um mínimo de 30% das candidaturas de cada partido seja de mulheres. Nos resultados, o número de eleitas, porém, não chega à metade disso: no Brasil todo, foram 641 prefeitas, ou 11,5% do total.

No segundo turno, apenas seis candidatas disputaram —5% do total— e só Lyra foi eleita, contra 56 homens. Ela derrotou o peemedebista Tony Gel, ex-prefeito do município, com 53% dos votos, contra 46% do adversário.

Nas últimas eleições, em 2012, o quadro havia sido le-



Prefeita eleita do município de Caruaru (PE), Raquel Lyra (PSDB) foi a única mulher a vencer no segundo turno em 2016

“As cotas não são suficientes para garantir a efetiva participação das mulheres, porque os partidos são absolutamente machistas, e quem manda neles são homens”

RAQUEL LYRA (PSDB)  
prefeita eleita de Caruaru (PE)

vemente mais equânime, com 659 prefeitas eleitas.

De acordo com ela, que é uma das cinco deputadas estaduais de Pernambuco, essa disparidade se dá porque os partidos apenas cumprem as cotas femininas, sem dar real apoio para as candidatas.

“Quem faz a partilha dos recursos partidários são os homens, quem faz doações eleitorais também”, diz. “São várias portas que têm que ser arrombadas para que as mulheres ganhem espaço.”

Para além da questão do

financiamento, Lyra —que é membro do grupo Mulheres do Brasil, organização de executivas liderada pela dona do Magazine Luiza, Luiza Trajano— afirma que a desigualdade de gêneros na política brasileira está relacionada à visão da mulher na sociedade.

“Ainda acham que a gente tem que cuidar das crianças, dos idosos”, afirma ela, mãe de João, 6, e Francisco, 4. O primeiro filho, conta, veio na época da pré-campanha da disputa para deputada fede-

ral, em 2010.

“Eu lembro que quando descobri a gravidez, alguns amigos homens me ligaram: ‘Será que você vai conseguir? Não é melhor adiar os planos para 2014?’”, conta ela.

Ex-delegada da Polícia Federal, Lyra é herdeira de uma linhagem política de Pernambuco —tanto seu pai, João Lyra Neto, como seu avô, João Lyra Filho, também ocuparam a Prefeitura de Caruaru, por dois mandatos cada. O tio, Fernando Lyra (1938-2013), foi deputado federal.

Das três filhas de Lyra Neto, ex-governador do Estado —foi vice de Eduardo Campos e assumiu o cargo quando este saiu para disputar a Presidência em 2014—, Raquel foi a única a seguir a carreira familiar. Uma de suas irmãs virou pediatra e a outra analista de sistemas.

“Quando eu era pequena e ia acompanhar o meu pai, sempre diziam: ‘mas não vai ter ninguém na política, não? Não tem nenhum, homem, um primo?’”, relembra. “Eu acabei fazendo minha carreira como servidora pública e política, mas sempre tem uma interrogação a mais por ser mulher.”

### DISPUTA INTERNA

Aliada de Campos, em cujo governo trabalhou de 2011 a 2013 como titular da Secretaria da Criança e da Juventude, a deputada foi filiada ao PSB, partido pelo qual disputou as eleições de 2010 e 2014 até o início deste ano.

O rompimento se deu, porém, após a sinalização de que a sigla e o governador do Estado, Paulo Câmara, não apoiariam sua candidatura à prefeitura. Após sua ida para o PSDB, o PSB apoiou oficialmente o adversário de Lyra no segundo turno.

Apesar disso, ela afirma que pretende manter diálogo com o governo do Estado.

“A gente precisa em Caruaru de um investimento forte, principalmente na área de segurança pública, e eu não acredito que ele vá se furta a isso”, afirma a prefeita eleita.

Fonte: Angela Boldrine – Jornal Folha de S. Paulo - <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/11/23/2/>

A quinta notícia selecionada do jornal Folha de São Paulo fala sobre a única prefeita que foi eleita no segundo turno, Raquel Lira de Caruaru. O título da notícia é “Única eleita no segundo turno, critica cota feminina” e é do dia 23 de novembro. Ao ler a notícia completa pode se perceber que ela critica o fato de que as cotas, obrigatórias por partidos, não são suficientes para que mulheres tenham vez na

política brasileira. Raquel diz que os partidos são “machistas, e quem manda neles são os homens” e que, por isso, a participação da mulher nunca se efetiva.

A Lei de Representatividade que obriga partidos a terem uma “cota feminina” não é cumprida por alguns partidos e, por isso, esse número abaixo da média se explica facilmente. O fato de ter cotas para que partidos tenham mulheres concorrendo a cargos no Poder Legislativo já é uma violência simbólica e mais ainda elas não serem aceitas em partidos, mesmo com a lei eleitoral que foi estabelecida em 2009 que diz que os partidos devem ter no mínimo 30% de candidaturas femininas.

Em 2017, 669 mulheres foram eleitas prefeitas no país, o que corresponde a 11,5% do total, segundo a reportagem. Raquel conta o que a maioria das mulheres brasileiras ouvem no dia a dia, que elas nasceram para ser mães e donas de casa – Violência simbólica. As mulheres já nascem com o pressuposto que elas têm que ser “bela, recatada e do lar”, nada mais que isso e mesmo que existam leis que amparem os seus direitos, enquanto homens e mulheres pensarem assim muitas Dilma, Carmen, Raquel este tipo de situação ainda será corriqueira.

A notícia coloca que, “para ter mulher em cargos de representatividade”, a lei foi estabelecida, produzindo sentido de que as mulheres só são representativas quando assumem algum cargo no poder executivo. “As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com os outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2002). Bourdieu (2012, p. 62) chama a atenção para isso:

As mulheres são excluídas de todos os lugares públicos (assembléia, mercado), em que se realizam os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana, que são os jogos da honra. E excluídas, se assim podemos dizer, a priori, em nome do princípio (tácito) da igualdade na honra, que exige que o desafio, que honra quem o faz, só seja válido se dirigido a um homem (em oposição a uma mulher) e a um homem honrado, capaz de dar uma resposta que, por representar uma forma de reconhecimento, é igualmente honrosa. A circularidade perfeita do processo indica que se trata de uma partilha arbitrária (BOURDIEU, 2012, p. 62).

Pode se dizer que os lugares mais sérios da existência humana, hoje, é o espaço do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, é lá que as vidas das pessoas são decididas. Por mais que este livro de Pierre Bourdieu (A dominação masculina) tenha sido escrito no século passado, ele se encaixa na conjectura dos dias atuais.

A notícia constrói esse sujeito mulher apontando e reconhecendo as violências sofridas por elas. Esse é um ponto positivo do jornal Folha de São Paulo, ele reconhece e dá voz a mulheres que sofrem constantemente com as violências e quando inseridas no meio político as violências simbólica e psicológica são as mais cometidas. As próprias mulheres ignoram essa prática para, talvez, não se colocar como vítima, como é o caso de Carmem Lúcia que prefere não reconhecer a necessidade de se colocar como mulher, ao falar que não quer ser chamada de presidenta. O uso desta palavra, presidenta, não é apenas uma questão de gênero, é uma questão sociopolítica.

## 7.2 Estado de São Paulo

### Imagem 6: : ‘Grupo corrupto’ assume, afirma Dilma



# ‘Grupo corrupto’ assume governo, afirma Dilma

Acompanhada de Lula, presidente cassada afirma durante discurso no Palácio da Alvorada que história será ‘implacável’ com governo

Vera Rosa  
Murilo Rodrigues Alves  
Leonencio Nossa / BRASÍLIA

No primeiro discurso após o impeachment, Dilma Rousseff afirmou que “um grupo de corruptos investigados” assumiu o poder e pregou uma oposição “enérgica” ao governo de Michel Temer. Acompanhada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Salão de Mármore do Palácio da Alvorada, a presidente cassada avaliou que a história será “implacável” com seu sucessor.

“Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão en-

ganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer”, disse Dilma, num pronunciamento de 15 minutos.

Vestida com um blazer vermelho, a cor do PT, a presidente deposta citou o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) ao afirmar que não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. Destacou, ainda, que foi derrubada por contrariar interesses e combater o desvio de recursos públicos.

“Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações

desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003, e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados”, provocou ela, numa referência à Lava Jato.

**Modificações.** O discurso lido por Dilma sofreu modificações até o último minuto. Ao saber que sua habilitação política fora mantida, ela fez um improviso e até ensaiou uma futura candidatura. “Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer ‘até daqui a pouco’”, afirmou. Em seguida, encaixou uma frase que não estava no script: “Ou eu ou outros

assumirão este processo.” Embora o destino político de Dilma ainda seja uma incógnita, há rumores de que ela pode se candidatar ao Senado, em 2018.

O ex-ministro José Eduardo Cardozo, advogado da petista, decidiu apresentar um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), contestando a “justa causa” do impeachment, além de outra ação para apontar “vícios” no processo.

Sob gritos de “Dilma, guerreira, da pátria brasileira”, ela afirmou que seu grupo político não pretende voltar apenas para satisfazer seus “desejos” e “vaidades”. Na rampa do salão, Lula assentia com a cabeça. “Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment”, argumentou ela, ao negar que tenha cometido crime de responsabilidade. “O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino, é homofóbico, é racista. É a imposição da cultura da intolerância,

do preconceito, da violência.”

Dilma acompanhou a votação no Senado pela TV, ao lado de Lula, do presidente do PT, Rui Falcão, e dos ex-ministros Jaques Wagner e Carlos Gabas. O clima era de abatimento, mas ela não chorou. Ficou, porém, com os olhos úmidos e a voz embargada em alguns momentos do discurso. “Esta história não acaba assim. Estou certa de que a interrupção deste processo pelo golpe de Estado não é definitiva. Nós voltaremos”, insistiu. Foi aplaudida por militantes, que chamavam a mídia de “golpista”. “Ocupar e resistir até o Temer cair”, gritavam eles.

Após um processo que durou quase nove meses – desde que o pedido de impeachment foi aceito pelo então presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) – e depois de 112 dias afastada do cargo, Dilma disse ter sido vítima de uma “farsa jurídica”. Presa e torturada na ditadura, ela observou que enfrenta agora o “segundo golpe” na vida. “Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito, sem ter traído qualquer dos meus compromissos. Eu vi a minha verdade”. Antes de se despedir, porém, citou o poeta russo Vladimir Maiakovski. “Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?”



#### NA WEB

**Vídeo.** Assista ao pronunciamento de Dilma

[estadao.com.br/e/discursodilma](http://estadao.com.br/e/discursodilma)

A primeira notícia do jornal Estado de São Paulo é do dia 01 de setembro e tem como título “‘Grupo corrupto’ assume, afirma Dilma”. A foto da matéria mostra a presidente ao lado de seus companheiros, durante seu discurso de despedida. A matéria é uma narrativa do que aconteceu no dia da cassação da ex-presidenta, ressaltando suas falas incisivas sobre o “golpe” sofrido. A matéria também ressaltou que Dilma, apesar de muito abatida não chorou: “O clima era de abatimento, mas ela não chorou. Ficou, porém, com os olhos úmidos e a voz embargada em alguns momentos do discurso”, como se suas lágrimas fossem esperadas.

Assim como no jornal Folha, o jornal Estado de São Paulo aponta a falta de lágrimas de Dilma, retomando, assim, a discussão anterior. Se fosse um homem/presidente cassado será que os jornais também esperariam lágrimas dele também, ou as lágrimas só são esperadas de uma mulher? Michel Peacheux (1975) cita dois tipos de esquecimentos, o primeiro deles é o esquecimento ideológico, que é o modo pelo qual somos afetados pela ideologia, o que, segundo ele, faz com que as pessoas achem que são a origem do que dizem, ignorando os sentidos pré-existentes. O segundo esquecimento é o da ordem da enunciação, que consiste em acreditar que determinado dizer só pode ser dito daquele modo. Com isso, estabelece-se uma ordem “natural” a palavras e objetos. É como se mulher/choro/frágil fossem sinônimos, comum e até natural. Está intrínseco, estabelecido na memória discursiva de que mulher é frágil.

“Homens não choram” é comum ouvir esta frase. Isto está ligado ao fato de que, ideologicamente, só mulheres podem demonstrar sentimentos. É a ideologia dominante que faz com que esse sentido seja reproduzido nas relações de sentimentos. Orlandi (2002, p. 46) reforça esta ideia ao apontar a ideologia como a “condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos”. A sociedade faz com que as pessoas acreditem que homens são fortes, naturalmente, não podem se mostrarem sentimental, o que é contrário ao que a sociedade estabeleceu para as mulheres. Toda essa crença vem de séculos e séculos atrás e já está impregnado nas relações sociais e com Dilma, que é mulher, não é diferente.

Esta ideia retoma a tese central utilizada neste trabalho, em que Bourdieu (2012) afirma que “o fundamento da violência simbólica reside nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que a reproduzem” (2012, p. 54). O sistema reproduz estes discursos da dominação masculina e mesmo quando

inseridas em grandes escalões, as mulheres são sujeitas a isso, porque elas estão inseridas nos modelos que reproduzem isso. Quando o jornal reproduz o discurso de que a mulher é sexo frágil, está fundamentando a prática da violência simbólica. Este tipo de violência apontada por Bordieu (2012, p. 54) como a que “reside nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que a reproduzem” reforça a ideia dominante e machista, que mulheres são fracas. Lembrando que machismo no sentido mais geral é não reconhecer a igualdade entre homens e mulheres e esta matéria faz isso ao apontar a falta de choro de Dilma.

Este jornal também utilizou a passagem em que Dilma fala sobre as violências contra as ditas minorias: “O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino, é homofóbico, é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência” e, ao citar isso, eles também apontam para os seus leitores que existem, sim, diversos tipos de violências contra os que não fazem parte da cultura dominante. Quando se fala em misoginia em um veículo de grande circulação no país, está se abrindo uma porta para uma discussão que tem um grande peso ideológico e discursivo na sociedade.

*Imagem 7: A baderna como legado*

## A baderna como legado



Se “a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer” – como prometeu em seu discurso de despedida a ex-presidente Dilma Rousseff – incluí insuflar irresponsavelmente a escalada da violência nas ruas, como tem acontecido em São Paulo e outras capitais do País, a própria banida e as chamadas “forças progressistas” que se alinharam contra a barbárie é um meio plenamente justificado para defender “os interesses populares”. Esse, na verdade, é o argumento daqueles que pregam a adoção de regimes de força ou o emprego de meios do terror para obter a sociedade a seus desejos – ou “sonhos”, como gostam de dizer.

O que está acontecendo nas ruas – mas também em repartições públicas

e universidades – é extremamente preocupante. Em primeiro lugar, porque pode ser o prenúncio de uma grave ruptura política e social cuja simples possibilidade é preciso exorcizar. Em segundo lugar, porque ocorre no momento em que a pacificação nacional é indispensável para que toda a energia do governo e da sociedade se concentre no enorme desafio da reconstrução nacional.

A ex-presidente já se havia dedicado, com sua incompetência, arrogância e sectarismo, a levar o País à beira do abismo. Alardeando sua condição de “mulher honesta”, ela se beneficiou sem hesitação do ambiente de corrupção generalizada que sempre esteve ao seu redor tanto para se reeleger como, no primeiro mandato, para manter uma base parlamentar que coonestou todas as barbaridades da “nova matriz econômica”. Agora, ela própria dá um passo adiante, incitando os brasileiros à divisão, por todos

os meios. Despenca no abismo que ela própria abriu a seus pés, mas quer ser seguida pela Nação.

Dilma Rousseff é, finalmente, carta fora do baralho, apesar da trama, urdida por Renan Calheiros com apoios dos petistas e a benevolência de Ricardo Lewandowski, para lhe garantir a manutenção dos direitos políticos. Ela muito dificilmente conseguirá ter voz ativa em qualquer articulação política de oposição ao governo. Mas os insensatos frequentemente sofrem a tentação do abismo e, infelizmente, não perdem a capacidade de convencimento e arregimentação de quem pensa – ou pensa que pensa – como eles. O discurso de despedida da ex-presidente, por exemplo, é um claro estímulo à extrapolação dos limites legais para as manifestações de protesto contra o governo.

Cabe às autoridades constituídas reprimir a baderna e impedir que a desordem se torne rotina. É preciso sa-

ber distinguir o legítimo e democrático direito a manifestação no espaço público da baderna que atenta contra o direito da população de viver seu cotidiano em paz. No primeiro caso, o poder público tem o dever de oferecer aos cidadãos a garantia de se manifestar pacificamente. No segundo, tem a obrigação de impedir a ameaça potencial ou a ação daqueles que infringem a lei. A baderna nas ruas, longe de ser uma forma legítima e democrática de manifestação popular, é um grave atentado ao direito fundamental que os cidadãos, o povo, têm de viver em paz.

Agrava a configuração criminosa das manifestações de crescente violência nas ruas o fato de que, como se tem visto em São Paulo, os confrontos com a polícia são deliberadamente provocados pelos próprios baderneiros, que têm sistematicamente descumprido os acordos previamente estabelecidos com a polícia a res-

peito de percursos a serem cumpridos, exigência óbvia de qualquer esquema de segurança pública.

O que se viu na quarta-feira nas ruas de São Paulo e ontem em pleno recinto do Senado Federal – onde baderneiros interromperam os trabalhos de uma comissão presidida pelo senador Cristovam Buarque – são exemplos de que os movimentos “populares” estão a transgredir de forma abusiva os limites estabelecidos pela lei. Pois não há “direito” que justifique a violência nas ruas ou a ela sobreviva.

Se as autoridades responsáveis – de modo especial o governador paulista, sempre hesitante nesse assunto – não tiverem a coragem de adotar medidas duras, mas necessárias para impedir-la, essa escalada da violência alimentada pelo ressentimento e pelo revanchismo colocará em risco, real e imediato, as liberdades fundamentais dos cidadãos.

Fonte: Jornal Estado de S. Paulo - <http://digital.estadao.com.br/home.asp>

A segunda matéria, situada na parte de notas & informações, é do dia 2 de setembro, dois dias após a cassação de Dilma, e o título da notícia é “A baderna como legado”. Esta notícia exerce uma dura crítica à ex-presidenta Dilma Rousseff e a seu discurso de despedida. A notícia acusa Dilma de atirar seus apoiadores a serem violentos durante as manifestações contra sua saída: “[...]a ex-presidente

Dilma Rousseff – inclui insuflar irresponsavelmente a escalada da violência nas ruas, como tem acontecido em São Paulo e outras capitais do País[...]”. Segundo eles, Dilma é a culpada pelas coisas quebradas durante os protestos que ocorreram em São Paulo.

Durante o discurso de despedida, Dilma afirmou que o novo governo iria sofrer “uma oposição enérgica e incansável” e é com essa frase da ex-presidenta que a nota a acusa de estar insuflando a violência nas ruas. Pessoas contrárias ao impeachment de Dilma foram às ruas para pedir que ela não fosse cassada, alegando que ela não cometeu crime de responsabilidade e que estava a sofrer um golpe, por isso que o jornal a responsabiliza pelo, então, momento que o Brasil estava a passar. A nota é muito dura e acusa não só de incitar a violência, mas usa palavras mais duras. Elas a classificam como ‘banida’, termo esse que aciona uma série de sentidos na memória discursiva e faz com que o sujeito entenda esta palavra como transparente, ou seja, entenda-a no real sentido e acione a memória discursiva dominante. Segundo Orlandi (2002) as palavras só significam por causa das relações, por isso, esta parte da matéria possui um interdiscurso forte. Eles poderiam utilizar o termo cassada, ao invés de banida.

“Arrogância, incompetência e sectarismo”, são esses os adjetivos que eles classificam Dilma. Palavras essas que provocam uma retomada histórica e ideológica no sujeito que consome esta matéria, muito grande. Mas neste entende-se apenas como violência mesmo, não acometendo o fato de ela ser mulher. Mas quando em outra passagem eles utilizam o termo de **mulher honesta** (“Alardeando sua condição de “mulher honesta”, ela se beneficiou sem hesitação do ambiente de corrupção generalizada que sempre esteve ao seu redor tanto para se reeleger como, no primeiro mandato, para manter uma base parlamentar que coonestou todas as barbaridades da “nova matriz econômica”). Este termo, que esteve presente nas leis brasileiras até 2005, é um tanto quanto equivocado e está inserido em contexto social e histórico muito controverso, no qual se permitia, entre aspas, cometer crimes contra as mulheres apontadas como desonestas. Então ao colocar esta frase no conteúdo da nota, traz à tona os sentidos contidos na memória discursiva de uma luta para que as mulheres deixassem de ser classificadas como honestas e desonestas e fossem apontadas apenas como mulheres, no geral e sem especificações.

Com isso, fica claro a ideologia de quem escreveu a nota: não gostava do governo de Dilma e nem da pessoa Dilma. Essa é uma das matérias em que o jornal age com muita violência simbólica contra a ex-presidenta, propagando um discurso de ódio e a acusando de ser violenta. O que é um contraste. Eles a acusam de incitar a violência e dividir o país, mas o jornal é extremamente violento ao falar dela nesta notícia, o que provocará mais ódio.

Ao fazer isto, o jornal está utilizando de suas ideologias para reforçar ideias negativas contra o gênero feminino, conscientemente. Primeiro porque as mulheres já carregam toda a culpa ideológica de serem inferiores, e segundo porque isso provoca mais a misoginia. Propagar nenhum tipo de violência é aceitável, e isso se torna pior quando já existe todo um discurso em ação que reforça a ideia. O jornal é um formador de opinião, logo não deveria despertar violências nos seus consumidores.

Qual a diferença do discurso? Depende da interpretação e memória discursiva de quem o lê e de suas posições ideológicas, enquanto sujeitos reféns do contexto histórico-social. Mas o que não se pode esconder é que é uma matéria em que a violência simbólica prevalece. Seja ao falar sobre Dilma, ou sobre os manifestantes de São Paulo, que também foram citados. Isso tem grande influência no imaginário coletivo, pois o jornal evidencia o sujeito Dilma como uma pessoa que está pregando a violência, como se ela ao falar: “a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer” estivesse os estimulando a promover badernas e quebradeiras.

*Imagem 8: Marta compara adversários na campanha a Pitta e Dilma*

## Marta compara adversários na campanha a Pitta e a Dilma

João Doria rebate e diz que crescimento de sua candidatura 'assusta' a senadora do PMDB; Russomanno foi poupado

**Eleições ESTADÃO 2016**

Valmar Hupsel Filho

A candidata do PMDB à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, atacou ontem seus dois adversários diretos por uma vaga no segundo turno, João Doria (PSDB) e o prefeito e candidato à reeleição Fernando Haddad (PT), ao afirmar que “ninguém elege uma pessoa que não tem nenhuma experiência impunemente”. Marta, por outro lado, preservou Celso Russomanno (PRB), que construiu carreira política exercendo cargos apenas no Legislativo.

A afirmação foi feita quando a peemedebista comentava o resultado da pesquisa Ibope/Estadão/TV Globo divulgada anteriormente. “Fico contente (com o resultado) e um pouco preocupada com o crescimento do Doria. Ninguém elege uma pessoa que não tem nenhuma experiência impunemente. Veja o exemplo do Haddad, do (ex-prefeito de São Paulo, Celso) Pitta e da (presidente cassada) Dilma (Rousseff)”, disse a peemedebista após visitar o Mercado Municipal da Lapa e ruas do bairro.

O movimento de Marta segue a estratégia da campanha peemedebista de poupar Russomanno, já que a avaliação é que há pouco tempo hábil para tirar o candidato do PRB do segundo turno e, para a campanha da senadora, ele seria o adversário mais “frágil”. A ideia dos assessores de Marta é focar ataques em quem está disputando com ela a segunda vaga. Conforme esta interpretação, Doria seria o alvo principal porque tem registrado forte

● **‘Experiência’** “Ninguém elege uma pessoa que não tem nenhuma experiência impunemente. Veja o exemplo do (Fernando) Haddad, do (ex-prefeito Celso) Pitta e da (presidente cassada) Dilma (Rousseff).”

**Marta Suplicy**  
CANDIDATA DO PMDB À PREFEITURA

crescimento no último mês.

**Pesquisa.** O Ibope mostrou empate técnico na segunda colocação entre Marta e Doria, com 20% e 17% respectivamente. Ambos cresceram em relação ao levantamento feito pelo instituto em agosto, mas Doria cresceu mais. A peemedebista tinha 17% (crescimento de três pontos) e o tucano registrava 9%, um aumento de 8 pontos percentuais. No mesmo levantamento, Russomanno segue na liderança com 30%, três pontos a menos que tinha em agosto e

Haddad permanece com os mesmos 9% da pesquisa anterior.

**Tucano.** Doria fez campanha ontem em ruas do bairro de São Mateus, na zona leste da capital paulista. O tucano disse que Marta fez afirmação porque está “assustada” com o crescimento de sua candidatura. “Isso evidentemente assusta políticos tradicionais como a senadora Marta Suplicy”, disse ele, lembrando que não é político, mas um administrador. O empresário rebateu a provocação da peemedebista. “Vamos continuar crescendo e preocupando a senadora mas, para que ela não fique tão preocupada, já que vai continuar residindo em São Paulo enquanto eu for prefeito, sou administrador há 45 anos.”

Russomanno escolheu o mesmo bairro da Lapa e o Mercado Municipal para fazer campanha ontem. Por uma diferença de uma hora, os adversários não se encontraram. O candidato do PRB disse que o comentário feito por Marta “não acrescenta em nada”. “Ela foi prefeita pela primeira vez e tinha vindo do Legislativo. Esse tipo de comentário não acrescenta em nada”, disse.

### CAMPANHIA



● **Selfie**  
Russomanno durante visita à Ceagesp, na Vila Leopoldina

● **Aceno**  
Marta deixa o Mercado Municipal da Lapa



● **Abraço**  
Doria percorre ruas de São Mateus, na zona leste de SP

● **Cumprimento**  
Haddad fala com eleitor em veículo na zona sul da capital

Fonte: Valmar Hupsel Filho – Jornal Estado de S. Paulo - <http://digital.estadao.com.br/home.asp>

A terceira notícia selecionada é do dia 16 setembro e fala sobre a candidata à prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy. O título da manchete é “Marta compara adversários na campanha a Pitta e Dilma”. A notícia fala que a candidata acredita que pessoas sem experiências, como Dória e Fernando Haddad, não ganham eleição, ou não conseguem se manter no poder, como foi o caso de Dilma. Segundo a notícia, Marta, que depois perdeu as eleições, afirma que os seus adversários não tinham experiências e que as pessoas não votariam neles.

A notícia fala da busca de Marta para se eleger prefeita de São Paulo, cargo que ela já ocupou antes. É uma reportagem tecnicamente política, que aborda os planos da candidata e destaca as falas delas que atacam os adversários. Mas, a notícia constrói o sujeito mulher Marta como assustada e meio desesperada: “A candidata do PMDB à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, atacou ontem seus dois adversários diretos por uma vaga no segundo turno[...]”. A história construiu a mulher como o ser assustado, que tem medo. Já o homem é sempre o valente o neutro e esta matéria vem a sustentar essa informação ao construir discursivamente a candidata Marta como a que tem medo dos seus adversários, que por sinal, são todos homens. Ao fazer uma comparação com a parte da matéria que fala da reação de João Dória, é notável a tranquilidade que a matéria o descreve e ajuda a formar a discursividade do leitor: “O empresário rebateu a provocação da peemedebista. “Vamos continuar crescendo e preocupando a senadora, mas, para que ela não fique tão preocupada, já que vai continuar residindo em São Paulo enquanto eu for prefeito”. Ele parece tranquilo e confiante na vitória, pelo menos é como esta matéria o faz parecer.

A memória discursiva provoca reações nos leitores. É como Orlandi (2002, p. 30) diz: “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que elas são produzidas e que não dependem só da intenção dos sujeitos”. Não é só o que está escrito, mas como isto vai significar a partir da memória, do contexto e do sentido provocado nos leitores.

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser {esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis (BOURDIEU, 2012, p. 82).

Em outra parte, a reportagem fala com João Dória, que no momento era candidato e agora é prefeito de São Paulo, e ele comenta as declarações de Marta afirmando que o discurso dela “não acrescenta em nada” a candidatura dele. A reportagem do Estadão ouve os dois lados e constrói uma matéria enfatizando Marta Suplicy, em momento alguma a atacando, mas mostrando seu lado assustada com a corrida para prefeitura e aparentemente com medo dos adversários.

*Imagem 9: A decadência que Dilma legou*

## A decadência que Dilma legou

**O**s relatórios dos últimos cinco anos sobre a competitividade global preparados pelo Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) mostram de maneira evidente a rápida decadência do Brasil no cenário internacional. São, por isso, um retrato em números da desgraça que, de maneira sistemática e eficaz, a gestão Dilma Rousseff impôs à economia brasileira com suas irresponsáveis políticas fiscais e supostamente desenvolvimentistas. Embora tradicionalmente pouco competitivo em razão de problemas estruturais há muito conhecidos, o Brasil vinha recuperando posições na classificação mundial até o primeiro ano do governo Dilma. Desde então, porém, vem despencando. Perdeu 33 posições entre 2012 e 2016, ano em que ficou em 81.º lugar entre 138 países. É o pior desempenho do País desde 2007, quando a pesquisa foi iniciada.

Ao desastre que a gestão dilmista foi para a economia brasileira e para as finanças públicas somou-se, nos últimos anos, a revelação do imenso esquema de pilhagem de recursos que o governo do PT instalou na Petrobrás e em outras empresas controladas pelo Estado, para financiar o projeto do partido de manter-se indefinidamente no poder. O bilionário desvio de dinheiro beneficiou o principal partido do governo e seus aliados, além de

dirigentes partidários, funcionários públicos e empresas que prestaram serviços ao governo federal.

Desse modo, aos problemas tradicionalmente enfrentados pelos investidores para atuar na economia brasileira a gestão lulopetista, sobretudo durante o governo Dilma, acrescentou outros, citados com destaque no relatório de competitividade de 2016 entre os fatores negativos que fizeram cair a classificação do Brasil, como a deterioração da qualidade da administração do setor público. Obviamente, quanto mais corrupto o governo, menos confiança ele inspira nas pessoas que precisam tomar decisões sobre projetos de longo prazo. Assim, no quesito instituições, um dos utilizados na pesquisa do WEF, o Brasil ocupa apenas a 120.ª posição entre os países relacionados.

O fracasso da política econômica do governo Dilma, expresso de maneira óbvia na longa e intensa recessão em que o País continua mergulhado, igualmente afetou, e muito, a classificação brasileira no ranking mundial de competitividade. A retração dos mercados de trabalho (com o desemprego atingindo atualmente mais de 11 milhões de trabalhadores), de bens e serviços e financeiro tornou pior a avaliação do Brasil em vários itens utilizados pelo WEF. Quanto ao ambiente de negócios, um dos principais itens para se avaliar a competitividade de

uma economia, o Brasil é apenas o 128.º colocado. Em eficiência do mercado de trabalho, ocupa o 117.º lugar. Esta última classificação é mais um fator a demonstrar a urgência da reforma da legislação trabalhista, para torná-la mais adequada às profundas transformações por que passou e vem passando o mercado de trabalho em todo o mundo.

Problemas antigos, como excesso de burocracia, precariedade da infraestrutura, altos encargos trabalhistas, estrutura tributária complexa e baixa capacidade de inovação, também tiveram alguma influência na péssima classificação do Brasil no ranking de competitividade. Agora, o País é o pior entre os Brics (grupo que inclui Rússia, Índia, China e África do Sul). Na América Latina, o Brasil está à frente apenas da Argentina (104.º colocado) e da Venezuela (130.º).

Se há um lado positivo no relatório de 2016 do WEF é o fato de que os recentes e poderosos fatores que fizeram despencar a classificação do Brasil tendem a perder força com o afastamento definitivo do PT do poder e a posse de Michel Temer na Presidência da República. Eliminou-se de imediato um forte elemento de instabilidade institucional e criou-se a expectativa de que, com a nova gestão, os graves erros do passado recente serão corrigidos e mudanças para melhorar o ambiente para a atividade econômica serão feitas.

A quarta notícia é do dia 30 de setembro e traz o assunto Dilma novamente. O título da manchete é “A decadência que Dilma legou”. A notícia fala sobre a economia do país e sobre os desempregados que a gestão da ex-presidenta deixou. É um texto com palavras de economistas, mas que pode ser entendido pela massa. O título possui um discurso bem chamativo, ao falar que Dilma deixou o país decadente, mas o texto em si não age com violência contra a ex-presidenta. Discursivamente, eles atacam sua gestão como presidenta e não a pessoa em si.

Uma questão que pode ser levantada aqui, é sobre o próprio título, que sugere que quem deixou o país em decadência foi o sujeito Dilma e não o seu governo em si. Ao colocar este título o jornalista está apontando o fracasso da mulher/Dilma e não do governo dela. Deixando em aberto que a administração foi ruim porque foi realizada por mulher.

O texto utiliza termos como “fracasso” e “desgraça” para classificar a gestão econômica que, segundo eles, Dilma deixou ao país. Apesar de serem palavras muito duras, eles não adjetivam especificamente a Dilma e sim seu governo. Mesmo assim acredita-se que isso provoca reações, como ódio, raiva e descontentamento, no inconsciente coletivo.

[...] a outra, às relações que podem ser legitimamente descritas entre esses enunciados, deixados em seu agrupamento provisório e visível. Há, por exemplo, enunciados que se apresentam - e isso a partir de uma data que se pode determinar facilmente - como referentes à economia política, ou à biologia, ou à psicopatologia. (FOUCAULT, 2008, p. 35)

O discurso não significa por si só, mas pelo conjunto da obra. Tudo depende de como ele está inserido e em que contexto cultural e momento ele foi falado, e por isso, é tão importante estudar sobre como as mulheres do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário são abordadas nos jornais em estudo. Uma vez que o momento em que estas matérias foram publicadas, o Brasil não estava “de bem” com Dilma e uma palavra que seja, faz diferença na hora que o leitor recebe e interpreta a informação. O Brasil vive um momento de “ódios” generalizados. Com o advento da internet quase todas as pessoas têm o poder da comunicação nas mãos, pois a maioria possui um celular, computador ou tablet, o que permite que se comuniquem facilmente com outras pessoas de todos os lugares do mundo, e isso facilita a disseminação não só de informações rápidas, mas também dá voz a

peças que não gostam de determinadas pessoas/gêneros/credois/religiões/opiniões. Com isso há uma propagação de “pessoas de bem” atacando quem pensa diferente, por isso acredita-se que um meio de comunicação com tanta abrangência não deveria provocar mais estes tipos de sentimentos ao atacar Dilma.

*Imagem 10: Com Carmem na presidência, STF em novo ritmo*

## Com Cármen na presidência, STF em novo ritmo

Ministra imprime sua marca na condução da Corte, com julgamentos mais longos e temas de interesse social e político

Rafael Moraes Moura  
BRASÍLIA

O primeiro mês do Supremo Tribunal Federal (STF) sob a presidência da ministra Cármen Lúcia foi marcado por um novo ritmo de trabalho, com sessões prolongadas, decisões sobre temas de repercussão social e política e a busca de parcerias com governadores na construção de um pacto federativo. Cármen completa hoje um mês na presidência da Corte, depois de quebrar uma tradição e iniciar o discurso de posse cumprimentando “Sua Excelência, o povo”.

Nesse período, o plenário já

**ALUGO COBERTURA**  
505m² a.ú. 5 sts. 6 vgs. 2 od. tênis, squash  
Aluguel + cond. + IPTU = R\$ 11 Mil  
Tratar: 11 2196-4304 - Hc: Cristina

concluiu o julgamento de 26 processos, entre eles a decisão de manter a possibilidade de execução de penas depois de condenação pela Justiça de segundo grau – uma posição que fortaleceu a Operação Lava Jato. O placar do julgamento estava empatado em cinco a cinco até Cármen dar o voto decisivo. “A comunidade quer uma resposta e quer obtê-la com uma duração razoável do processo”, disse a ministra no julgamento. Para Cármen, ainda que a Constituição diga que ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado, isso não exclui a possibilidade de a pena já ser executada.

Em um mês, a ministra também já deu sinais de que fortalecerá o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que preside e é voltado para a fiscalização do trabalho de juizes e eventuais punições a magistrados. “Eu estou no mesmo ritmo de trabalho”, disse Cármen a jornalistas, ao deixar uma das sessões com um amontoado de papéis em mãos.

As sessões do CNJ agora ocorrem semanalmente às terças-feiras e é comum a ministra despachar na sede do órgão às sextas-feiras. Na gestão de



Comando. Cármen Lúcia recebeu ontem representantes do governo Temer e do TSE

● **Dinamismo**  
“Ela está buscando restabelecer a organicidade dos trabalhos, observando mais o regimento interno. As sessões começam pontualmente e estão mais dinâmicas.”  
Marco Aurélio Mello  
MINISTRO DO STF

Ricardo Lewandowski, as sessões eram quinzenais.

Depois de criticar a “burocratização excessiva” do CNJ, Cármen apresentou a proposta – apoiada pelos demais conselheiros – de extinguir uma comissão responsável pelo monitoramento de projetos de interesse do Poder Judiciário que tramitam no Congresso Nacio-

nal, em mais um sinal de que não pretende abraçar pautas corporativistas.

“A minha proposta foi para que limpássemos do conselho esses órgãos que acabam sendo verdadeiros penduricalhos, que fazem com que os próprios conselheiros que integram essas comissões não saibam exatamente o que estão fa-

zendo”, disse a presidente.

**Despachos.** Levantamento realizado pela assessoria da presidência do STF a pedido do Estado aponta que Cármen fez cerca de 2,3 mil despachos até a última sexta-feira, entre pedidos de habeas corpus negados, suspensão de liminares e análise de recursos e reclamações.

“Ela está buscando restabelecer a organicidade dos trabalhos no tribunal, observando mais o regimento interno. As sessões começam pontualmente e estão mais dinâmicas”, disse ao Estado o ministro Marco Aurélio Mello.

A ministra adotou uma nova rotina nas sessões, que agora são interrompidas por 30 minutos no período da tarde, criando um raro momento em que os 11 ministros da Corte socializam e trocam ideias fora do plenário. Para não deixar o ritmo de trabalho cair, Cármen convocou uma sessão extraordinária no próximo dia 19, pela manhã, para compensar o feriado do Dia de Nossa Senhora Aparecida. Hoje, feriado, ela cumprirá agenda no STF: vai receber um grupo de crianças carentes que vivem em instituições de acolhimento.

zoom: x2

Fonte: Rafael Moraes Moura – Jornal Estado de São Paulo - <http://digital.estadao.com.br/home.asp>

A quinta e última matéria é do dia 12 de outubro e, assim como o primeiro jornal, aborda a nova presidente do STF, Carmem Lúcia um mês após ela ser nomeada ao cargo no STF nomeada ao cargo. O título da notícia é “Com Carmem na presidência, STF em novo ritmo”. A matéria ressalta que Carmem deu um novo ritmo nas pautas do STF e agora as sessões são uma vez por semana, ao contrário do que era quando Lewandowski era o Presidente. O problema desta matéria é sempre comparar as ações de Carmem Lúcia com a de seu antecessor.

A matéria apenas aponta as características profissionais da presidente e aponta que ela coloca em pauta assuntos menos corporativas, como o aumento de salários entre os magistrados. O jornal adotou um discurso mais neutro do que nas notícias anteriores.

Não se pode negar que significativas mudanças ocorreram ao longo do século passado e deste século e Bourdieu (2012, p. 106) atribui essa mudança ao movimento feminista.

A maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. Em razão, sobretudo, do enorme trabalho crítico do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper o círculo do reforço generalizado, esta evidência passou a ser vista, em muitas ocasiões, como algo que é preciso defender ou justificar, ou algo de que é preciso se defender ou se justificar (BOURDIEU, 2012, p. 106).

Se as mulheres não lutassem, muitos dos seus direitos ainda estariam sendo negados e o discurso midiático sobre elas seria ainda mais violento. Apesar de esta matéria ser mais suave, ainda há a questão da comparação entre Carmem Lúcia e seu antecessor.

## 8. CONSIDERAÇÕES

A dominação masculina e as violências, seja elas simbólicas ou psicológica, acontecem devido às relações sociais. Fazendo uma comparação entre o texto de Orlandi (2007), quando ela afirma que nenhum sujeito possui uma linguagem, nem ideologia pura devido a eles serem assujeitados ao processo social, cultural e histórico, ao texto de Bourdieu (2012), quando o mesmo coloca a dominação como um processo da socialização, é possível afirmar que a dominação masculina só se sustenta por causa das ideologias da sociedade vigente.

As pessoas nascem em um contexto histórico e social definido e se esse contexto está apontando, abordando e registrando a mulher como gênero inferior, logo os sujeitos serão interpelados por ele e continuarão a reproduzir essa realidade.

O trabalho se propôs a analisar as notícias de dois jornais de grande circulação no país, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo para saber se os dois jornais estão reproduzindo esses tipos de discursos e, infelizmente, tanto no primeiro, quanto no segundo foram identificadas notícias que agem com violência simbólica contra as mulheres do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. No primeiro jornal foram encontradas 3 notícias que agem com violência e no segundo 4. Apesar de todos os movimentos que pregam a igualdade entre os gêneros, ainda

é comum encontrar meios de comunicação que veiculam conteúdos machistas e violentos. Muitas das vezes estes tipos de discursos são velados e acabam passando despercebidos pela sociedade, ou até são percebidos, mas alguns optam por ignorar.

É justamente por alguns preferirem fechar os olhos que estes tipos de violências acontecem. É comum ouvir pessoas dizerem que estamos vivendo uma geração “mi mi mi” que reclama por tudo, que vê problema onde não há. Uma das correntes mais atacadas são as feministas. Elas são constantemente atacadas e ofendidas por denunciar este tipo de machismo velado, comum nos meios de comunicações. Comum porque é normal ligar a televisão ou abrir o site de um jornal e vê a mulher sendo ofendida apenas por ser mulher. Dilma sofreu muito com isso e isto fica comprovado na análise feito acima.

O grande peso desta medida é que as mulheres do Executivo, Legislativo e Judiciário são mulheres públicas, exercem cargos públicos e estão na mídia o tempo todo, por isso mais propensas a receber estes tipos de ataques. Devido ao Brasil ser um país democrático e existir muitos partidos políticos, as mulheres dos três poderes são ofendidas não só por ser mulher, mas pelo fato de estarem de lados políticos opostos aos que as atacam e, com isso, ao desrespeitá-las significa desrespeitar a todas as outras mulheres, pois elas as representam.

Tanto o jornal Folha de São Paulo, quanto o Estado de Paulo se dizem contra a violência de gêneros, mas a maioria dos grandes conglomerados de mídia são patrocinados e financiados por pessoas que defendem ou são filiados a partidos políticos, e por isso, os jornalistas escrevem a matéria de acordo com a posição de quem está injetando dinheiro naquele veículo. Ao dizer isto, esta pesquisa está por alegar que as mulheres que exercem cargos nos três poderes nem sempre estão por acordar da mesma opinião que a do dono do jornal, com isso, elas são atacadas, politicamente, por eles. Mas, às vezes, esta barreira do ‘politicamente’ é atravessada e acaba por acontecer a violência de gênero.

“Não há sujeito sem ideologia”, ao afirmar isso, Orlandi (2002) aponta que assim como todas as pessoas, os dois jornais são sim interpelados pelas suas posições ideológicas e falam/significam a partir disso. E isso ficou provado. Essas falas significam na interpretação do sujeito que está por vivenciar toda uma briga ideológica e histórica sobre as relações de gêneros e de como a mulher, historicamente, não ocupa os mesmos espaços que os homens. Portanto, todo

cuidado é necessário ao retratar as mulheres dos três poderes, não pela política, mas pelo contexto de mudança e de reconhecimento da igualdade entre os gêneros.

O gênero feminino está se reinventando através das lutas e da constante busca por igualdade. Seja em de condições de trabalho, de salário, de espaço, para que saiam na rua sem ser classificada por sua roupa, por não ser mais considerada frágil. Ao utilizar termos como 'baderna', 'austeridade' e 'não chorou' os jornais acabam por não reconhecer a necessidade de mudança.

Apesar de os números de violência doméstica serem muitos altos, não se deve ignorar a violência psicológica/simbólica, pois por mais 'sutil' que ela seja, ela faz um número de vítimas muito alto. Este tipo de violência atinge milhares de mulheres todos os dias e isso acontece quando não pagam o mesmo salário que pagam a um homem que ocupa o mesmo cargo, quando são diminuídas por terem licença maternidade, quando não aceitam que elas têm capacidade para comandar uma empresa, ou o país ou quando impõe que elas não podem ser chamadas de presidenta. Isso é classificado por Bourdieu (2012) como violência simbólica pelo fato de a maioria está impondo seu modo de vida a minoria, mas vale lembrar que as mulheres não são minorias no número populacional e sim nos espaços de trabalho e de lugares onde as mudanças reais acontecem, como no Poder Executivo.

É possível estabelecer que o Jornal 1, Folha de São Paulo, possui uma ideologia menos próxima à classe machista. Apesar de usar termos que podem reproduzir estereótipos sobre as mulheres, como apontar a falta de choro de Dilma, em 4 das 5 matérias selecionadas o jornal aponta a falta de mulheres exercendo cargos no poder público. Com isso conclui que o jornal 1, reproduz sim violência simbólica, mas reconhece a necessidade de igualdade de gêneros e dá espaço em suas matérias, mesmo que pouco, a luta de mulheres por mais representatividades políticas. Já o jornal 2, Estado de São Paulo, ainda possui uma ideologia que prega violência contra as mulheres. Ele utiliza de termos nada sutis como baderna, ignorância, arrogância e compara homens a mulheres.

Desta forma, afirma-se que este jornal possui uma ideologia mais próxima a classe machista. Eles, ao contrário do jornal 1, pouco chamam a atenção para a falta de representatividades nos espaços públicos e escolhe insuflar mais este problema. Este prefere utilizar da formação social dos leitores que ativam o primeiro tipo de memória citado por Orlandi (2002, p. 48), a memória institucional, que é aquela que

se dá pelos arquivos, ou seja, os leitores irão resgatar tudo o que lembra sobre a discussão da igualdade de gênero, ou a falta dela no caso, e com isso estarão passíveis ao segundo tipo de memória, que são os efeitos da memória, o interdiscurso.

O grande pressuposto deste trabalho é identificar se os jornais 1 e 2 agem com violência para com as mulheres do Três Poderes e depois de feitas as análises é notável em algumas matérias, os dois jornais fazerem isso. Por isso, a tabela a seguir mostra em qual matéria e em qual trecho essas violências ocorrem, tanto no jornal 1, quanto no jornal 2.

*Tabela 1: Notícias que agem com violência simbólica*

	Jornal 1: Folha de São Paulo	Jornal 2: Estado de São Paulo
<b>Notícia 1</b>	“Após confirmação de condenação, petista abraçou Lula e aliados e pediu que não <b>chorassem</b> ”; “não <b>chorou</b> e <b>pediu que não chorassem</b> ”.	“O clima era de abatimento, mas ela não chorou. Ficou, porém, com os olhos úmidos e a voz embargada em alguns momentos do discurso”.
<b>Notícia 2</b>	“Temer nomeia <b>mulher</b> para cargo de AGU”.	“A baderna como legado”; “A ex presidente Dilma Rousseff – inclui insuflar irresponsavelmente a escalada de violência nas ruas, como tem acontecido em São Paulo e outras capitais do país”; “Arrogância, incompetência e sectarismo”; “Alardeando sua condição de ‘mulher honesta’”.
<b>Notícia 3</b>		“A candidata do PMDB à prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, atacou ontem seus dois adversários diretos por uma vaga no segundo turno”.
<b>Notícia 4</b>	“No último ano vereadores evangélicos foram os principais responsáveis pela retirada de	“A decadência que Dilma legou”; “fracasso”; “Desgraça”.

	metas de combate à discriminação de gênero do Planalto Municipal de Educação”.	
<b>Notícia 5</b>		

Dois jornais de grande circulação no país estão agindo com violência contra as mulheres do grande escalão político brasileiro. Isto é no mínimo preocupante. Em 3 das 5 notícias do jornal 1, foram encontradas violências simbólicas. No jornal 2, 4 agem com violências. O Brasil está vivendo uma era sem precedentes no que diz respeito à discussão da igualdade de gêneros, do respeito à diversidade, seja ela cultural ou racial. Nunca antes, temas como esses foram tão debatidos, mas ao mesmo tempo que os espaços para as discussões aumentaram, é notável que as pessoas que se mostram contra a igualdade e o respeito ao diferente estão ganhando cada vez mais voz.

Muito se fala sobre a internet ser uma terra sem dono e sem leis, e apesar de projetos que criminalizam as violências nas redes sociais, isso acaba por ser uma verdade. Na internet testemunhar ataques às feministas é comum. Xingar Dilma quando ela era presidenta, normal. Está cada vez mais comum brigar com uma pessoa por ela não concordar com você, principalmente se envolve política. O Brasil está dividido.

Nos dois jornais foram encontradas apenas 40 notícias sobre as mulheres do Poder Executivo durante os três meses e isto preocupa, assim como o fato de apenas 5% dos cargos do Poder Executivo ser exercidos por elas, mas quando entende que o mundo está mudando, evoluindo. As grandes revoluções que asseguram direitos que antes as mulheres não tinham, começaram no século passado. A conquista do voto, o direito de trabalhar fora, estudar entre tantas outras coisas e por entender que quando mais se luta, mais conquistas acontecem que ainda há esperança na igualdade dos direitos e deveres entre homens e mulheres.

Por mais que hoje ainda exista lugares que mulheres não podem ter esse direito, no Brasil, assim como em outros países, as mulheres estão brigando cada vez mais por espaço, se qualificando mais e acreditando que um dia todas as

barreiras que existem entre os direitos delas e da classe dominante vai acabar. Mas isso não vai acontecer se não houver lutas. Para que Dilma Rousseff e Carmem Lúcia chegassem à presidência dos mais altos postos do Poder Executivo e Judiciário, respectivamente, muitas outras tiveram que lutar. Por mais que os dois jornais ainda cometam violência simbólica é importante ressaltar que a pouquíssimos anos atrás, as mulheres não tinham espaço nenhum ali. Nenhuma violência é defensável. Não é isso que está sendo apontando, mas o fato de que há sim uma evolução e a tendência é que cada vez mais, os meios de comunicações brasileiros aprendam a retratar a igualdade em suas notícias.

Isso fica claro, quando de 5 notícias selecionadas no jornal 1, 4 falam sobre a falta de representatividades femininas nos congressos, câmaras e presidências brasileiras. Está longe de ser o esperado, mas já é um começo. Pierre Bourdieu (2012), diz que assim como se aprendeu a dominação masculina, é possível sim que ela acabe, e para isso é necessário a mudança nas relações sociais, porque foi assim que ela começou. E ele diz que a dominação masculina não é mais vista como algo imutável.

A dominação masculina está se rompendo em todas as esferas: públicas, sociais e familiares. Estas matérias têm um alto alcance de público, por isso estão fadadas a vários tipos de impactos no inconsciente coletivo, mas aqui vai se considerar os dois mais relevantes. O primeiro é que elas podem despertar no leitor a interpretação de que os jornais estão, simbolicamente, agindo com violência com as mulheres dos três poderes e assim fazer com que eles entendam a necessidade de uma ampla discussão pública sobre o assunto e reconheça que ainda há um tratamento diferenciado entre homens e mulheres. E a outra possibilidade, e mais preocupante, é a que o leitor reforce mais ainda este discurso e não entenda que é preciso mudanças.

Tanto Bourdieu (2012) quanto Simone de Beauvoir (1970) apontam que é preciso uma reeducação dos homens e das mulheres para que a dominação masculina acabe e assim promovendo a igualdade de sexo. Mas, para isso acontecer é preciso uma mudança ideológica e discursiva nas relações históricas e sociais. Apenas quando ambos reconhecerem que o feminino não é inferior e passarem a pensar não só a questão econômica, mas as questões morais e sociais é que haverá, realmente a igualdade.

Hoje, mais de 40 anos após Simone escrever sobre o feminismo, sobre igualdade, ainda não se pode dizer que ela exista de fato, pois mulheres são mortas por serem mulheres, não recebem salários iguais aos homens e são tratadas por indiferença. A igualdade de gêneros, entre homens e mulheres, só irá realmente existir no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário quando elas não precisarem mais de cotas nos partidos políticos para poderem se candidatar a algum cargo, quando homens e mulheres forem vistos apenas como seres humanos e não dividido em gêneros.

O jornalismo, como principal formador de opinião, possui um papel fundamental no processo de transição ideológica e discursiva sobre a violência contra mulheres. Ele é o mediador entre sociedade e informação e para que a sociedade repense o seu discurso de animosidade/inferioridade contra as mulheres, é essencial que os meios de comunicações abracem, completamente, essa causa, deixando de colocar o gênero acima de qualificação/carreira/honestidade/ e passe a apontar as características de ser humano no geral.

## REFERÊNCIAS

Angela Boldrine – **Jornal Folha de S. Paulo**  
<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/10/06/2/> (acessado em 15 de dezembro de 2016, às 13:35 horas)

AVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São paulo: Brasiliense, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo – A experiência vivida**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967.

\_\_\_\_\_. **O Segundo Sexo – Fatos e Mitos**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo**. Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

CERQUEIRA, Carla Braga. **A Imprensa e a Perspectiva de Género**. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. Universidade do Minho, Portugal: 2008.

Fernanda Mena – **Jornal Folha de S. Paulo**  
<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/09/12/2/>(acessado em 15 de dezembro de 2016, às 13:00 horas)

FOUCAULT. Michel. **A arqueologia do saber**. Forense universitária, 2008.

Gabriel Mascarenhas, Valdo Cruz – **Jornal Folha de S. Paulo** -  
<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/09/10/2/> (acessado em 15 de dezembro de 2016, às 12:00)

**Jornal Estado de S. Paulo** - <http://digital.estadao.com.br/home.asp> (acessado em 18 de dezembro de 2016, às 22:00 horas)

**Jornal Estado de São Paulo** - <http://digital.estadao.com.br/home.asp> - (acessado em 21 de dezembro de 2016, às 11:00h)

LOUZADA, Maria Sílvia Olivi. Belas e feras. **A mulher brasileira na mídia impressa, uma relação polêmica**. UNIFRAN, 2008.

Marina Dias, Bela Megale – **Jornal Folha de S. Paulo** -  
<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/09/01/2/> (acessado em 15 de dezembro de 2016, às 10:00 horas)

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso**. Princípios e procedimentos. 5.ed., Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 7.ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

Planalto.gov.br

Rafael Moraes Moura – **Jornal Estado de S. Paulo**  
<http://digital.estadao.com.br/home.asp> (acessado em 21 de dezembro de 2016, às 10:00 horas)

TELES, Maria Amélia de Almeida. MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São paulo: Brasilienses, 2003.  
*Sites*

Valdo Cruz, Marina Dias e Mariana Haubert – **Jornal Folha de S. Paulo**  
<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/09/08/2/> (acessado em 15 de dezembro de 2016 às 11:00 horas)

Valmar Hupsel Filho – **Jornal Estado de S. Paulo** -  
<http://digital.estadao.com.br/home.asp/> (acessado em 20 de dezembro de 2016, às 11:00 horas)

Vera Rosa, Murilo Rodrigues Alves e Leonencio Nossa – **Jornal Estado de S. Paulo**  
- <http://digital.estadao.com.br/home.asp> (acessado em 17 de dezembro de 2016, às 16:00 horas)